

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO – MESTRADO/DOUTORADO EM  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

**Laís Túbero Izidoro**

**O Machismo Das Políticas Públicas: O Caso Do Pronaf Mulher No Assentamento  
Rural Monte Alegre (Sp)**

ARARAQUARA/SP

2017

Laís Túbero Izidoro

**O Machismo Das Políticas Públicas: O Caso Do Pronaf Mulher No Assentamento Rural Monte Alegre (Sp)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

**Orientada:** Laís Túbero Izidoro  
**Orientadora:** Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA/SP

2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

I97m Izidoro, Laís Tubero

O machismo das políticas públicas: o caso do Pronaf Mulher no assentamento rural Monte Alegre (SP)/Laís Tubero Izidoro. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

94f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Políticas públicas. 2. Pronaf Mulher. 3. Relações de gênero. 4. Assentamentos rurais. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

### FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Lais Túbero Izidoro*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

#### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval  
UFSCAR- Lagoa do Sino

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo  
UNIARA – Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante  
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 27 de março de 2017.

À todas as mulheres assentadas e em luta pela terra.  
À todas as mulheres em luta contra a reforma da previdência  
Nenhum direito a menos!

## AGRADECIMENTOS

Neste momento de fechamento de mais um ciclo é difícil elencar todas as pessoas que foram fundamentais para que eu conseguisse concluir mais esta etapa.

À todas as mulheres do assentamento Monte Alegre, em especial as que puderam compartilhar um pouco de sua trajetória comigo e fornecer os caminhos para a execução da pesquisa.

A todos os movimentos de luta pela terra por manterem acesa a esperança pela Reforma Agrária.

À todas e todos companheiros de república por tornarem minha estadia em Araraquara mais fácil, em especial Otávio. Agradeço a todas as meninas da república Mulher do Padre por sempre me acolherem com tanto carinho. Francine, Pietra e Vinicius muito obrigada por compartilharem a vida de vocês comigo e por me devolverem a alegria dos dias e um pouco da minha sanidade mental com tanto amor e amizade.

Por todo apoio e carinho agradeço a todos os meus familiares que tornaram este sonho possível. A todos os amigos de Santa Rosa de Viterbo, que estiveram sempre presentes e torcendo, ainda que distantes, pelo meu sucesso. Ao Rhuan por todo o companheirismo e paciência ao longo dessa jornada.

À todas as amigas e amigos que continuaram em minha vida após a graduação e que foram fundamentais nos períodos mais complexos destes dois anos. Estimados Giugliana e Pinóquio, muito obrigada por estarem sempre comigo.

À Ivani, Silvinha e Fernanda por tornarem tudo mais fácil e por todo carinho e principalmente paciência. Vocês são fundamentais para que este programa continue próspero e principalmente mais humanizado.

A todos os professores do Mestrado por compartilharem seus conhecimentos e estarem sempre à disposição, em especial à professora Helena e à professora Dulce.

À minha segunda família, o Nupedor. Agradeço cada um de vocês por tudo. Por cada gesto de solidariedade, de incentivo nas inúmeras vezes que pensei em desistir, por todos os conselhos e por tornarem menos doloroso esse processo de amadurecimento. Levarei para sempre a memória de cada um de vocês. Thauana obrigada por ser este ser humano de tanta luz e bondade. Silvani obrigada por enxugar minhas lágrimas quando precisei e por me dar o exemplo de como ser uma mulher de luta. Obrigada Henrique e Ana Helena pelo carinho e disposição em sempre ajudar e compartilhar momentos de muita alegria.

À professora Vera por não desistir de mim, por acreditar quando eu mais precisei e pela paciência com minha falta de habilidade em me encaixar nas normativas da universidade particular.

À CAPES pelo apoio financeiro essencial para minha sobrevivência e desenvolvimento de minha pesquisa.

FORA TEMER!

## ÍNDICE DE SIGLAS

**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento  
**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais  
**COPAM** – Cooperativa de Assentados de Motuca  
**CPF** – Cadastro de Pessoa Física  
**DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ITESP** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MMC** – Movimento das Mulheres Camponesas  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
**NUPEDOR** – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural  
**OMAQUESP** – Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo  
**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos  
**PNDTR** – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
**PPIGRE** – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PROVAP** - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
**PT** – Partido dos Trabalhadores

## ÍNDICE DE MAPAS

<b>MAPA 1 - Localização Assentamento Monte Alegre.....</b>	<b>14</b>
--	-----------



## ÍNDICE DE TABELA

<b>TABELA 1</b> - Quantidade de Contratos Firmados pelo Pronaf Mulher por Estado.....	46
<b>TABELA 2</b> – Quantidade de Contratos Pronaf Mulher por Regiões entre Janeiro de 2013 a Fevereiro de 2017.....	47
<b>TABELA 3</b> – Quantidade de Pronaf Microcrédito (grupo ‘b’) por Região, UF e Gênero* entre Janeiro de 2013 a Fevereiro de 2017.....	49
<b>TABELA 4</b> – Quantidade de Pronaf Investimento por Região, UF e Gênero* entre Janeiro de 2013 a Fevereiro de 2017.....	49
<b>TABELA 5</b> - Quantidade e Valor dos Contratos de Pronaf Custeio no Município de Araraquara/sp entre Janeiro 2013 a Fevereiro 2017.....	50

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos pela População de 10 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio em 2014.....</b>	<b>28</b>
--	-----------

## RESUMO

O presente trabalho apresenta alguns elementos necessários para analisar o papel das mulheres do assentamento Monte Alegre tanto como sujeito passivo (receptoras) no processo de implantação das políticas públicas específicas para as mulheres como também sujeitos participantes na elaboração das políticas públicas (específicas para as mulheres ou não). Embora haja um crescente número de políticas públicas que têm como objetivo a superação do machismo, a maior parte delas não coloca a organização patriarcal em questão, como no caso do Pronaf Mulher. Por meio de consulta bibliográfica, pesquisa empírica e realização de entrevista semi-estruturada com algumas mulheres assentadas e também com os agentes mediadores representados pelo ITESP (órgão responsável pelo projeto técnico) e o Banco do Brasil (órgão responsável pela concessão do financiamento) foi possível verificar que o Pronaf Mulher não é suficiente para promover avanços no desenvolvimento da autonomia das mulheres. A dificuldade em acessar os dados oficiais sobre o acesso ao Pronaf Mulher corrobora com a pouca relevância dada a essa política por parte do Estado. Por outro lado, a possível contribuição deste trabalho está no esforço e persistência em conseguir os dados, por mais dispersos e invisíveis que estivessem. Ainda que as políticas públicas específicas para as mulheres não consigam transpor as barreiras do machismo na sua fase de implementação, as mulheres assentadas constroem estratégias para se inserirem no desenvolvimento sócio-econômico. O fazer política das mulheres assentadas ocorre de maneira orgânica, onde a organização enquanto um grupo político proporciona outras relações com o Estado. A maneira de fazer política questiona a ideia de que a mobilização política só se faz em espaços formais e legitimados.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Pronaf Mulher; Relações de Gênero; Assentamentos Rurais

## ABSTRACT

This paper presents some elements necessary to analyze the role of women in the Monte Alegre settlement as both taxpayers (recipients) in the process of implementing specific public policies for women, as well as participants in the elaboration of public policies (specific for women or no). Although there is a growing number of public policies aimed at overcoming machismo, most of them do not put the patriarchal organization in question, as in the case of the Pronaf Woman. Through bibliographic consultation, empirical research and semi-structured interview with some women, and also with the mediating agents represented by ITESP (body responsible for the technical project) and Banco do Brasil (body responsible for granting financing), it was possible to verify that Pronaf Mulher is not enough to promote advances in the development of women's autonomy. The difficulty in accessing the official data on access to Pronaf Mulher corroborates the lack of relevance given to this policy by the State. On the other hand, the possible contribution of this work is in the effort and persistence in obtaining the data, however scattered and invisible they may be. Although specific public policies for women fail to overcome the barriers of machismo in its implementation phase, women settlers construct strategies to become part of socio-economic development. The policy making of settled women occurs in an organic way, where the organization as a political group provides other relations with the state. The way of doing politics questions the idea that political mobilization is only done in formal and legitimate spaces

**Keywords:** Public policies; Pronaf Women; Gender Relationships; Rural settlements

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>METODOLOGIA</b> .....	04
<b>1 QUESTÃO AGRÁRIA E A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	10
1.1 O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE NA REGIÃO DE ARARAQUARA.....	13
<b>2. DEBATES SOBRE GÊNERO (DIFERENTES) CAMINHOS</b> .....	17
<b>3 DIFERENTES NUANCES DO MACHISMO NO CAMPO: DIFICULDADES, ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS</b> .....	26
3.1 TRABALHO .....	26
3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	29
<b>4. PRONAF MULHER: DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DA MULHER POR MEIO DO CRÉDITO?</b> .....	36
4.1. O PRONAF MULHER NO ESTADO DE SÃO PAULO – DIFÍCIL ACESSO.....	43
<b>5. O PRONAF MULHER NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE NA FALA DAS MULHERES ASSENTADAS E DOS AGENTES INSITITUCIONAIS</b> .....	52
5.1 SIRLEI: A CRÍTICA AO DISCURSO DO TRABALHO FAMILIAR HOMOGÊNEO.....	53
5.2 DONA REGINA: O RESGATE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	55
5.3 DONA MARIA: TRAJETÓRIA MARCADA PELO ENFRENTAMENTO.....	61
5.4 PERCEPÇÕES DE BUROCRACIAS E DE ESTRATÉGIAS: ENTREVISTA COM UM FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL.....	66
5.5 DIÁLOGO COM UM FUNCIONÁRIO DO ITESP.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	74
<b>ANEXO</b> .....	80

## INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais consistem no fruto da reivindicação das trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, construídos como um novo espaço repleto de contradições e reconfigurações da força de trabalho. Por estarem inseridos em um contexto totalmente singular, uma compreensão que se limite a estudos econômicos não contempla, nem revela sua complexidade. Desta forma, estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm se empenhado em realizar uma análise mais profunda, que ultrapasse o viés economicista.

Esta complexidade dos assentamentos se dimensiona por apresentar novas relações de produção (novas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material), assim como a possibilidade de novas relações de gênero. Na condição de assentados, por muitas vezes inédita, os trabalhadores deparam-se com novos problemas relativos à organização política e econômica. Uma das esferas de repercussão destas implicações se refere à situação das mulheres assentadas, grupo social que está em constante luta para a conquista de seus direitos, já que este cenário recoloca de forma crítica a posição e participação das mulheres.

A escolha deste tema tem antecedentes. Durante a graduação em Geografia realizada na FCT Unesp em Presidente Prudente, centramos nossa atenção mais especificamente na relação entre a invisibilidade do trabalho feminino – e a luta pelo seu reconhecimento – e determinadas políticas públicas, em especial o Programa de Aquisição Alimentos – PAA em dois assentamentos localizados no município de Presidente Venceslau/SP. Verificou-se naquela pesquisa que o PAA tende a se estabelecer como uma política pública que promove empoderamento e emancipação feminina, ainda que de forma limitada, por rentabilizar o espaço da horta, geralmente responsabilidade da mulher.

Cientes deste contexto, demos início às nossas pesquisas com o intuito de compreender como as mulheres assentadas se inserem nas políticas públicas e também avaliar as políticas públicas voltadas para as mulheres assentadas, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura em sua modalidade voltada para as mulheres - Pronaf Mulher. O questionamento inicial era se as políticas específicas para as trabalhadoras rurais também conseguiam ter algum grau de eficácia na autonomia financeiras destas, assim como uma política pública não específica, no caso, o PAA, havia conseguido ainda que timidamente. O Pronaf Mulher foi selecionado pois em visitas a campo, realizadas no período de elaboração do projeto de pesquisa, se evidenciou por meio de conversas informais que as mulheres do assentamento Monte Alegre (nosso universo

empírico) têm acessado o Pronaf, porém por meio de outras modalidades e não propriamente o Pronaf Mulher. As pesquisas empíricas foram realizadas em conjunto com a equipe do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR). Entre muitos outros projetos que são desenvolvidos com os assentados e assentadas do Monte Alegre e de outro assentamento localizado no município, o Bela Vista do Chibarro, existe um que tem como objetivo incentivar que as mulheres produzam e processem diversos temperos e ervas que geralmente elas cultivam em seus quintais. A aproximação com este projeto foi essencial para o contato inicial com as mulheres do Monte Alegre e para conhecer as dificuldades com que elas se deparam para a conquista de uma relativa autonomia financeira.

Desta forma o objetivo geral que norteia este trabalho consiste em:

- Analisar o papel das mulheres do assentamento Monte Alegre tanto como sujeito passivo (receptoras) no processo de implantação das políticas públicas específicas para as mulheres como também suas estratégias de inserção nas políticas públicas (específicas para as mulheres ou não).

Ademais, elencamos os objetivos específicos que dão o aporte necessário para podermos interpretar a realidade das mulheres do assentamento Monte Alegre no que diz respeito à participação destas nos espaços de decisão política e as estratégias adotadas para conseguirem se desenvolver:

- A. compreender o processo de formulação das políticas públicas com recorte de gênero;
- B. analisar a participação das mulheres assentadas nos espaços de representação política e nos espaços de formulação das políticas públicas;
- C. avaliar a contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento da autonomia das mulheres assentadas.

É necessário esclarecer, portanto, que a perspectiva de análise adotada neste trabalho se caracteriza como uma “via de mão dupla” uma vez que avalia as políticas públicas para as mulheres e concomitantemente procura interpretar a questão da participação destas mulheres nas políticas públicas (sendo estas específicas para as mulheres ou não). Sendo assim, ainda que o Pronaf Mulher tenha tido especial destaque, o trabalho procura evidenciar alguns elementos inerentes às mulheres no processo de construção da cidadania, como a importância da representatividade no poder público, a construção da democracia

por meio de equidade de gênero nos espaços institucionais e, principalmente, as estratégias selecionadas para garantir esta participação.

Este trabalho constitui-se, além da presente introdução, com a apresentação da metodologia, pesquisa empírica e coleta de dados por meio de entrevistas com os agentes envolvidos no processo de obtenção do crédito para as mulheres e com algumas mulheres que residem no assentamento pesquisado. Para isso procuramos, por meio de uma revisão bibliográfica, iniciar nosso conhecimento a respeito da situação agrária do país e como se deu a implementação dos assentamentos rurais; conhecer o processo de construção das políticas públicas e a inserção das mulheres nelas; refletir sobre algumas perspectivas do feminismo dentro do debate das relações de gênero, além de verificar como ocorreu o processo de constituição do Pronaf, entre outros assuntos relacionadas com o tema.

Como forma de confrontar o que foi apresentado pela bibliografia e o que se apresenta no nosso universo empírico, lançamos mão de entrevistas semi-estruturadas procurando verificar como se dão as expressões da dominação masculina nos diferentes atores e espaços que compoem o processo para a obtenção do Pronaf Mulher. Por meio das entrevistas foi possível detectar que existem lacunas entre as mulheres assentadas e os agentes institucionais, dado que os objetivos, relativos a renda, das mulheres não são conhecidos ou são desqualificadas pela instituição que presta assistência técnica. A falta de informação dentro da instituição financeira também foi verificada por meio de entrevista, e se torna mais um elemento que compõe o difícil caminho das mulheres assentadas até o acesso desta política pública de crédito.

O trabalho se encerra com a tentativa de elaborar algumas reflexões sobre a relação entre as assentadas com as políticas públicas destacando os entraves e as possibilidades. Neste processo de pesquisa foi possível diagnosticar que a mulher não tem tido acesso ao Pronaf Mulher e que isso se deve a um conjunto de fatores, mas que se expressam sobretudo em relação à falta de informação e à ineficiência do Pronaf Mulher em se diferenciar das outras modalidades de crédito, fazendo com que seja uma política voltada para as mulheres apenas por conta da nomenclatura. Deve ser reconhecido que, na perspectiva institucional, esta política pública se faz com o reconhecimento formal da mulher como agricultora, e não mais como cônjuge do agricultor, o que sugere uma ampliação da mulher no seu reconhecimento como cidadã, juntamente com outros direitos conquistados a partir de outras iniciativas articuladas principalmente pelos movimentos sociais e pelo movimento de mulheres, como a Macha das Margaridas. Ainda assim, é pertinente que os movimentos



sociais permaneçam em luta para que, por meio de mudanças, o Pronaf Mulher consiga ser eficiente no objetivo de mitigar os efeitos do machismo que dificultam o desenvolvimento da autonomia das mulheres do campo.

## **METODOLOGIA**

Realizar pesquisa nas ciências humanas é sempre uma tarefa desafiadora visto que ao colocarmos o ser humano como objeto científico, nos deparamos com inúmeras dificuldades, já que empregar conceitos e métodos nas análises sociais pressupõe superar a dificuldade dos elementos subjetivos presentes nos indivíduos, empregando cientificidade nas análises. Um dos caminhos que possibilitam usar o ser humano como objeto de estudo é levar em conta que *“os fatos humanos são históricos, dotados de valor e de sentido, de significação e finalidade e devem ser estudados com essas características que os distinguem dos fatos naturais.”* (CHAUÍ, 2000, p. 347).

Neste contexto, é importante refletir que a ciência não tem como responsabilidade criar fatos, mas sim elaborar hipóteses ou teorias que possam dialogar com a realidade daquele momento e estas quando não forem mais adequadas, deverão ser substituídas. A construção de teorias e hipóteses se faz a partir de diferentes pontos de vistas, que dentro da ciência consiste nos métodos adotados para a leitura da realidade que será pesquisada. O método na concepção de Marx, trouxe importantes contribuições nos estudos das ciências humanas. Observando que as relações dos homens com a natureza se fazem como relações de trabalho e interpretando que as instituições sociais são na sua finalidade econômica, o marxismo permitiu que a interpretação da realidade, feita pelas ciências humanas, fosse realizada a partir da premissa de que as relações econômicas vão estruturar as contradições sociais, as lutas de classe e os conflitos sociopolíticos e que somente por meio do entendimento deste contexto é possível analisar a sociedade (CHAUÍ, 2009).

Tendo em vista esta perspectiva, é importante que a produção do conhecimento tenha um propósito definido, como mediar e interferir nos processos de desigualdade socioeconômica decorrentes do modo de produção capitalista. Somente por meio de uma ciência reflexiva é possível barrar o processo de “engavetamento” do conhecimento que “se destina cada vez mais a ser acumulado em banco de dados, para ser depois, computado por instâncias manipuladoras, o Estado em primeiro lugar” (MORIN, 2005, p.17).

Para Boni e Quaresma (2005), a pesquisa científica se consolida por meio de levantamento de informações. A primeira etapa deste levantamento consiste em uma

revisão bibliográfica sobre o tema a ser investigado. Posteriormente, deve-se realizar uma observação da relação espacial dos sujeitos e dos fenômenos, para a coleta de informações empíricas e em uma última etapa cabe ao pesquisador fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI & QUARESMA, 2005, p.70)

Nos utilizando dessas reflexões, procuramos entender as diferentes realidades em que as mulheres se inserem no assentamento por meio de levantamento bibliográfico realizado a partir da seleção de temas que nos auxiliavam a entender a realidade em que as assentadas se encontram, realizando trabalhos de campo e levantamento de dados secundários em endereços eletrônicos governamentais além de entrevistas semi estruturadas, que tiveram como objetivo identificar, nas falas dessas mulheres entrevistadas, expressões de dominação masculina que ocorrem tanto dentro do campo – lote e casa - (representado principalmente pelo marido) como no espaço urbano (representado pelos agentes de assistência técnica) e que pode estar dificultando seu desenvolvimento.

Duval (2004) destaca que o trabalho de campo sempre foi usado como uma ferramenta para ter maior aproximação e assim conseguir observar de forma mais realista as variáveis que se colocam no dia a dia dos assentados. O autor afirma que, para uma visão mais completa dos assentamentos, é necessário que se complemente as teorias com as visitas de campo porque só assim é possível ter conhecimento da situação atual do assentamento. Devido ao assentamento ser um espaço em constante processo de mudança que atinge os diversos elementos: sociais, econômicos e de paisagem, a visita constante deve ser valorizada, para que o pesquisador acompanhe essas transformações. (DUVAL, 2004, p 61). Os trabalhos de campo foram realizados no assentamento Monte Alegre, principalmente no núcleo VI. Tiveram como objetivo verificar se as mulheres assentadas tinham conhecimento e participação das políticas públicas com recorte de gênero, em especial o Pronaf Mulher e nos casos de respostas negativas, verificar os motivos do desconhecimento e do não acesso.

É necessário problematizar as possibilidades de que na visita ao assentamento o pesquisador pode colocar suas impressões urbanas que podem servir como base para interpretações da realidade carregadas de preconceitos. É necessário entender que o ponto de vista do pesquisador é parcial e relativo e que, como sujeito daquilo que ele analisa,

deve fazer uma autocrítica e uma autorreflexão sobre seu conhecimento dos objetos estudados (DUVAL, 2004; MORIN, 2005).

Os desdobramentos da perspectiva urbana do pesquisador perante os processos sociais ocorridos no campo também são descritos no trabalho de Whitaker e Fiamengue (2002), que apontam os entraves do paradigma científico eurocêntrico:

O problema é que toda ciência contemporânea é urbano-centrada e, pelas suas raízes históricas, comprometida com uma civilização que se considera padrão universal. Pensa-se, portanto, que ela deve ser seguida em seu europeucentrismo cartesiano por todo o resto do mundo. Como tal, em sua razão dualista, criou dicotomias hierarquizadoras – masculino x feminino, cultura x natureza, urbano x rural, homem branco x não branco, cultura ocidental x as outras – nas quais o primeiro polo é sempre valorado em detrimento do segundo. (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002, p. 21).

Para a superação deste problema é proposto que o relato sobre o que o pesquisador vivenciou seja registrado em um diário de campo, que deve conter as falas, os gestos e cada elemento que julgar ser necessário para interpretação da realidade que pesquisa. Ele aponta que “difícilmente as teorias passadas são aplicáveis ou explicam a atual situação, elas apenas norteiam”. (DUVAL, p.63, 2004).

O registro em um diário de campo também foi um instrumento utilizado para a realização desta pesquisa. O diário de campo se faz como uma ferramenta preciosa de coleta de dados e avaliação de situação concretas. Sobre a realização de um diário de campo, Duval (2004) destaca que é uma metodologia comum no grupo de pesquisa Nupedor e que em posse desses registros, os pesquisadores se reúnem e debatem as diferentes visões que tiveram de um mesmo momento. Isso se torna enriquecedor para a construção metodológica do grupo e para os desvendamentos das realidades encontradas em campo.

O Nupedor, do qual a autora deste presente trabalho é integrante, foi e tem sido um núcleo extremamente relevante por conseguir angariar pesquisas sobre os assentamentos rurais no estado de São Paulo. Foi constituído em 1989 em Araraquara/SP, a partir da necessidade de se realizar estudos com o objetivo de compreender a dinâmica dos processos socioeconômicos que ocorrem no campo e afetam os trabalhadores rurais. Atualmente possui sua sede na Universidade de Araraquara e integra o Programa de Mestrado e Doutorado de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Em relação à construção de sociabilidade que as visitas frequentes a campo permitem, Duval chama atenção para os momentos de relação de amizade entre

pesquisador e assentados. Ele interpreta que uma prática comum, como quando o pesquisador é convidado para almoçar na casa do assentado, pode trazer inúmeros significados importantes para a pesquisa, como por exemplo, o pesquisador estaria, nesse caso, “...saboreando o fruto de seu trabalho, testemunhando sua qualidade de vida ao ver seus conhecimentos e carinho pelo alimento.” (DUVAL, p. 63, 2004).

Sobre a frequência das visitas de campo ele destaca que é só a partir dessas visitas que o pesquisador consegue desenvolver um conhecimento mais aprofundado do cotidiano da família pesquisada. Por muitas vezes é a partir de algumas falas dos assentados, nas conversas informais, que se evidenciam as experiências que o assentado tem com os diversos elementos que constroem o espaço do assentamento. É por isso que ele afirma que o registro dessas falas se fazem tão importante e não ser interpretados de acordo com a construção acadêmica e política de cada pesquisador:

O registro dessas falas se faz necessário para a obtenção de dados empíricos para a pesquisa e é aqui que entra a liberdade do pesquisador de fazê-lo à sua maneira, de registrar aquilo que viu e sentiu para que possa entender e recordar as situações presenciadas posteriormente. (DUVAL, p. 64, 2004).

O autor demonstra que uma boa metodologia para se elaborar os cadernos de campo seria organizar os dados coletados imediatamente após a visita de campo, pois dessa forma as lembranças e relatos ainda estão mais concisos na memória do pesquisador. As técnicas de coleta de dados no campo, entretanto, vão variar de acordo com a formação e a experiência de cada pesquisador, o que vai permitir uma pluralidade de interpretações. Outro elemento relevante na coleta de dados diz respeito ao enfoque que cada pesquisador irá dar a determinado assunto, que vai ser diretamente relacionado a seus objetivos de pesquisa. Desta forma, o processo seguinte, de debate sobre o que foi coletado e as diferentes percepções, se fazem fundamentais para sistematizar as informações de uma maneira mais completa.

Para a elaboração deste trabalho iniciamos os trabalhos de campo a fim de coletar informações por meio dos diários de campo. Os diários de campo permitiram conhecer as dificuldades que as mulheres assentadas enfrentam durante seu cotidiano. Principalmente, as dificuldades relacionadas à questão de gênero. Foram frequentes os relatos que revelavam sobretudo um descontentamento com a ausência de uma renda própria e o desconhecimento da existência do Pronaf-Mulher. A partir destes relatos elaboramos um roteiro de questões para comporem uma entrevista semi-estruturada que

foi aplicada a três assentadas, sendo que duas residem no núcleo VI e uma no núcleo IV. Estas mulheres foram selecionadas para as entrevistas visto suas posições de destaque e de liderança, conforme será melhor exposto em seção posterior, além de serem acompanhadas há muitos anos pelos projetos desenvolvidos no Nupedor. O número reduzido de entrevistas ocorreu devido a dificuldades de ida a campo e de divergências de horário entre a autora deste trabalho e as assentadas. Entretanto, é válido ressaltar, como já mencionado, que houve conversas informais com muitas outras mulheres que afirmaram desconhecer o Pronaf Mulher. Sendo assim, as entrevistas com as mulheres juntamente com as entrevistas com os agentes institucionais foram suficientes para indicar as problemáticas de acesso ao Pronaf Mulher no assentamento Monte Alegre.

Além destas entrevistas com as mulheres, realizamos uma entrevista com um funcionário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), responsável pelos projetos produtivos do assentamento e com um funcionário do Banco do Brasil que juntamente com outros funcionários se responsabiliza em receber e encaminhar os projetos de Pronaf e seus subprogramas que são apresentados pelos assentados e assentadas. Estas entrevistas foram realizadas com o intuito de conhecer como os agentes mediadores do Pronaf, lidam com a linha específica para as mulheres, ou seja, como os meios institucionais enxergam o Pronaf Mulher.

De acordo com Fraser e Gordin (2004) a entrevista na pesquisa qualitativa possibilita que por meio dos discursos, as falas dos atores sociais sejam evidenciadas. Deste modo são relevantes quando o pesquisador procura entender a percepção do espaço e da sociedade na perspectiva do entrevistado

Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (FRASER & GORDIN, 2004, p. 140).

As entrevistas semi-estruturadas se constituem com perguntas abertas e fechadas enquadradas em um roteiro com questões já definidas. A partir disto o entrevistado pode discorrer sobre o tema proposto, em um contexto semelhante ao de uma conversa informal.

Munido de um roteiro, o entrevistador tem a possibilidade de direcionar a discussão para o assunto que o interessa “ *fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele*” (BONI & QUARESMA, 2005, p.75). A vantagem de usar a entrevista semiestruturada é delimitar o volume das informações, com a possibilidade de direcionar melhor o tema.

Ainda sobre a técnica de entrevistas é preciso atentar-se para o processo de transcrição das falas coletadas. No processo de transcrição é fundamental respeitar os erros de sintaxe do falante, porém ter em mente que o processo de respeito à fala do outro, no caso ao sujeito do espaço rural, se faz com a escrita correta, deixando de reproduzir os erros de pronúncia, isto porque as classes dominantes também desrespeitam a norma culta da língua. Reproduzir estes erros quando presentes na fala dos trabalhadores rurais, seria reforçar uma caricatura de subalterno (WHITAKER et. al., 2002).

A coleta de dados secundários se fez por meio do acesso à Matriz de Dados do Crédito Rural vinculada ao Banco Central do Brasil. Neste site é apresentado uma extensa variável de informações relacionadas ao crédito rural e apresenta como opção de consulta verificar alguns dados relacionados ao Pronaf a partir do ano de 2013 até o ano de 2017, já que nos anos anteriores as informações estão sistematizadas no Anuário Estatístico de Crédito Rural. Todavia estes anuários não fornecem a descrição das linhas do Pronaf nos dados que são apresentados.

O objetivo deste acesso foi realizar um levantamento de dados, com informações sobre o número de contratos e o valor financiado no Pronaf Mulher nos anos disponíveis no sistema. A princípio a intenção era coletar essas informações desde a criação do Pronaf Mulher, mas há uma grande dificuldade de conseguir estes dados por vias institucionais de acesso público. Mesmo nos apoiando na Lei de Acesso a Informação, não foi possível ter acesso a qualquer tipo de dado. A resposta dada a dois e-mails enviados para o Banco Central do Brasil solicitando os dados de acesso ao Pronaf Mulher foi de que este tipo de sistematização de dados demandaria custos e recursos humanos e por isso era inviável tabular as informações. Não constam informações sobre o histórico de acesso ao Pronaf Mulher em Araraquara, mas foi possível selecionar dados referentes ao cenário estadual, o que juntamente com o que foi coletado nas entrevistas realizadas, pode auxiliar a delinear algumas hipóteses referentes ao acesso das trabalhadoras assentadas no Monte Alegre ao Pronaf Mulher.

## **1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE NA REGIÃO DE ARARAQUARA**

A questão agrária se consolidou em um contexto de exclusão social e econômica, onde ex-escravos e imigrantes tinham acesso restrito à posse de terras. A terra foi paulatinamente tornando-se mercadoria, sendo usada de modo especulativo, ora para o uso da produção capitalista, ora como reserva de valor do segmento burguês, sendo excluídos do direito à posse aqueles que não possuíam capital suficiente para adquiri-la. A questão agrária compreende a concentração fundiária, que se molda a partir do poder político e econômico da elite rural, além de agentes da especulação fundiária (LEITE, 1998).

Esta assimetria na distribuição de terras no Brasil segundo Aquino e Schneider (2015) se estrutura desde o processo de formação do território brasileiro e se faz como

[...] fruto tanto da herança colonial do país, como do processo de “modernização desigual” da agricultura nacional, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 1960. Estrutura agrária marcada por desigualdades socioespaciais e que os principais beneficiários foram o setor exportador, essencialmente da região sul e sudeste (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p. 53)

A forma de atuação do Estado no que diz respeito à questão agrária ocorre desde o reconhecimento de situações de conflito até a “solução” em perspectiva local ou mais geral (HEREDIA et. al., 2006). Ou seja, todas as etapas necessárias à implantação de assentamentos são subordinadas à vontade e ação política do poder público (mesmo que pressionado pelo movimento dos trabalhadores sem-terra). Tal afirmação revela os constrangimentos inseridos na relação entre a demanda dos trabalhadores sem-terra e a atuação do Estado como agente fundamental na reestruturação fundiária.

Um avanço notável acerca da questão agrária, ao menos do ponto de vista jurídico, deu-se em 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra, que possibilitava a intervenção do Estado nas questões ligadas à distribuição das propriedades rurais. Embora na prática a lei não tenha sido devidamente aplicada pois abria a possibilidade de desapropriação da terra por não cumprimento da função social, o Estatuto da Terra estabeleceu elementos que seriam indispensáveis ao progresso da democratização agrária. Um dos mais importantes foi o estabelecimento de medidas e classificações que identificam os diversos tipos de imóveis rurais. No presente, a reforma agrária continua imprescindível visto os

desdobramentos que sua efetiva execução pode permitir, como geração de empregos, distribuição de renda, qualidade na alimentação, abastecimento interno, entre outros benefícios (FERRANTE e BARONE, 2003).

Para tratar contexto agrário no país, Fernandes (2008) parte da superação entre o rural e urbano entre as diversas definições e classificações do rural no Brasil nos diferentes campos do saber. Usando do trabalho de José Eli da Veiga (2002) a autora aponta que para que o desenvolvimento rural ocorra no âmbito do território é necessário que as políticas públicas superem a dicotomia rural – urbano. A autora aponta que mesmo que o avanço do capital no campo não torne este espaço urbano, é preciso assumir que ocorrem novos padrões de consumo e assim sendo as políticas públicas devem levar em consideração estas mudanças.

Objetivando a fragilização ou rompimento do pacto existente entre elite agrária e o Estado, estão os movimentos sociais, que através de mobilizações políticas, tentam impor a necessidade da reforma agrária frente aos interesses da classe ruralista. É marco dessa mobilização, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em 1979, quando se chega ao consenso da necessidade de se travar uma luta, que deveria abranger um número notável de pessoas, para se ampliar a possibilidade de que as reivindicações fossem atendidas (MEDEIROS et. al., 1994).

Os movimentos sociais vinculados à luta pela terra surgiram da necessidade de pressionar o poder público a reformular a estrutura fundiária do país. A principal reivindicação é a implantação do processo de Reforma Agrária, pois somente através de uma reforma seria possível restabelecer e garantir o acesso à terra de maneira igual para todos os cidadãos. A Reforma Agrária ultrapassa o viés econômico, uma vez que propõe a mitigação da desigualdade social, ou seja, a reforma agrária estaria atrelada a uma reforma social. Entretanto, enquanto a reforma agrária não ocorre, os movimentos sociais continuam lutando pelo acesso à terra, independente da forma como isso ocorra. Entre repressões e conflitos, vários foram os movimentos que emergiram. Dentre eles, podemos citar como os mais notáveis a Liga Camponesa, antes do Golpe Militar ocorrido em 1964, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambos no período da abertura democrática (anos 1980). Sobre as lutas camponesas, Fernandes (2000) diz que:

As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a



exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. (FERNANDES, 2000 p.25)

Estes movimentos objetivam, sobretudo, a volta da perspectiva social dada à terra anteriormente, em que a agricultura familiar conseguia manter o trabalhador no campo e este obtinha, do seu trabalho na terra, sua reprodução social. A conceituação de agricultura familiar realizada a partir de um estudo elaborado pela Organização das Nações Unidas juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) permitiu que a importância socioeconômica desta parcela de trabalhadores rurais fosse revelada. Segundo Aquino e Schneider (2015) *“este estudo apresentou um conjunto de diretrizes que apontava a expansão e o fortalecimento deste segmento social específico como uma estratégia viável para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil”* (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p.56). Entretanto os autores destacam que em relação aos países desenvolvidos, este reconhecimento da agricultura familiar no Brasil ocorreu tardiamente.

O conceito de agricultura familiar sofre diferentes modificações dependendo da perspectiva teórica. Definir agricultura familiar é importante para que não se entenda o campo como um espaço homogêneo e livre de tensões. É justamente para delimitar esta categoria e auxiliar no acesso as políticas públicas que o conceito é construído entre movimentos sociais, políticos e trabalhadores rurais (FERNANDES, 2008). Entretanto, a autora destaca que o uso do conceito de agricultura familiar foi incorporado de modo genérico e contribui para intensificar as desigualdades de gênero a partir da definição de “chefe de família” e desconsidera as diferentes formas de relações familiares existentes no campo. Ela explica que a problemática se consolida na medida que “a simples presença de um homem na casa – pai, irmão ou companheiro –, independentemente de sua contribuição econômica, torna-o o “chefe da família””. (FERNANDES, p.6, 2008). Estas disparidades no conceito de agricultura familiar podem evidenciar uma das primeiras impressões machistas na formulação de políticas públicas, já que não mencionam as mulheres como sujeitos das ações dessas políticas.

Dentre as formas encontradas pelo governo para garantir o acesso à terra de forma paliativa, está a implantação e a importância dos assentamentos rurais, que trazem uma nova dinâmica socioeconômica em territórios rurais. Alguns estudiosos discorrem acerca da implantação de assentamentos rurais. Ferrante et.al. (2005) explicam que:

Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista (FERRANTE, et al, 2005, p.38)

Após a elaboração do Estatuto da Terra e já na transição democrática, o governo federal lança, em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária com o objetivo de priorizar áreas propícias a serem desapropriadas e posteriormente serem espaços de implantação de assentamentos rurais. No contexto de redemocratização, as desapropriações – embora não sistematizadas – ocorreram com maior frequência, já que as mobilizações sociais sofriam menos repressões (LEITE, 2005).

Posteriormente ao processo de conquista da terra, derivada, na maior parte dos casos, da luta e iniciativa de movimentos sociais, surgem novos impasses que caracterizam a vida do trabalhador rural assentado. Os assentamentos rurais se fazem palco de disputa que se dá em diversos níveis: econômico, religioso, comunitário e político. Essa disputa colocará em questão o poder estabelecido. Na condição de assentado, o trabalhador depara-se com problemas acerca da organização política e econômica, já que, por vezes, esta realidade se insere de forma inédita em sua vida.

### 1.1. O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE NA REGIÃO DE ARARAQUARA

O município de Araraquara está inserido na região que ficou conhecida, pelo desenvolvimento do agronegócio, como a “Califórnia brasileira”. Esta denominação, no entanto, mascara um território marcado pela disputa dentro do campo tendo como principais atores a elite rural (expressa sobretudo no segmento canavieiro) e os trabalhadores rurais, com especial destaque para os assentados. Os assentamentos de maior expressividade em Araraquara são o Bela Vista do Chibarro e o Monte Alegre e por isso foram base de muitos estudos em diferentes áreas do conhecimento.<sup>1</sup>

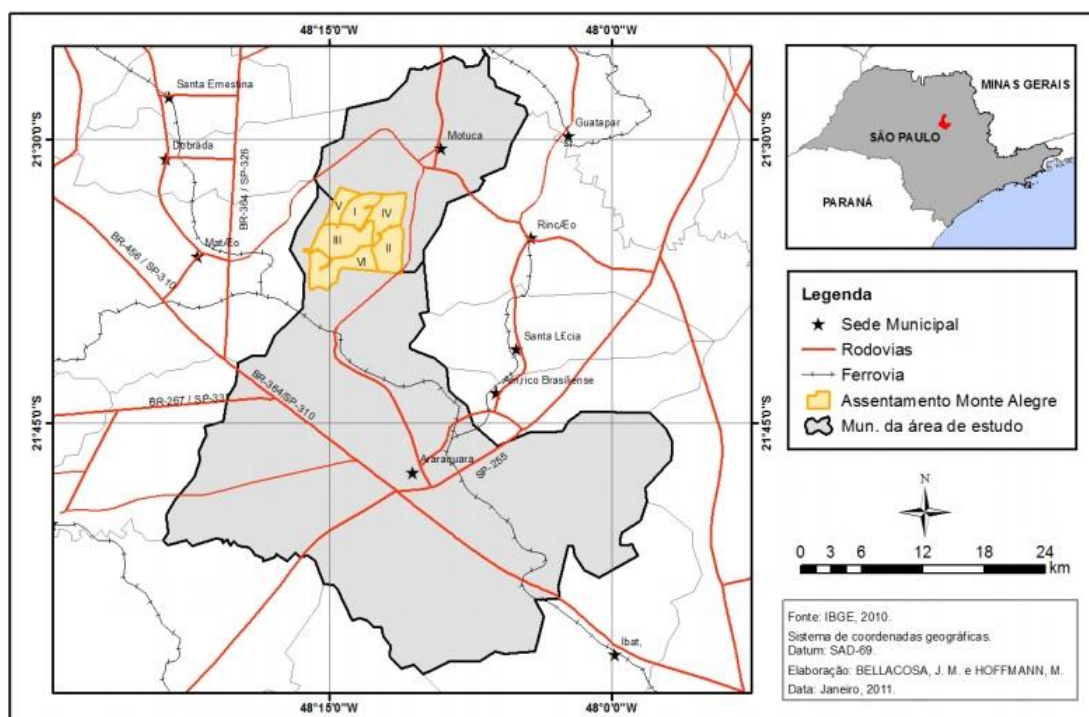
---

<sup>1</sup> FERRANTE, V. L. B.; BARONE, L. A.. **Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 2009.; FERRANTE, VLB; WHITAKER, D. C. A; BARONE, L. A. **Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria.** FERRANTE, VLB Cadernos de Pesquisa. Retratos de assentamentos. NUPEDOR–Programa de pós-graduação em sociologia–FCL–UNESP, v. 9, 2004.; DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos rurais na agenda política: considerações sobre dois programas municipais em Araraquara-SP.** Simpósio da Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais, 2006.

A criação destes assentamentos se fez a partir de um conjunto de políticas públicas e por pressão política tanto dos trabalhadores rurais, organizados principalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FERRANTE e DUVAL, 2009). O assentamento Bela Vista do Chibarro foi instituído em 1989, a partir de um processo de desapropriação de terras na Usina Tamoio, localizada no município. Esta desapropriação ocorreu devido à forte pressão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que articulou as famílias cadastradas para reivindicar e pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que ocorresse a desapropriação e a implementação do assentamento.

O Projeto de Assentamento da Fazenda Monte Alegre está localizado em uma área pertencente ao Governo do estado de São Paulo, a qual possui 6.595,19 ha, e que abrange a zona rural dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão (mapa 1). É dividido em seis núcleos sendo que destes dois (III e VI) se localizam no município de Araraquara. Pela proximidade com a cidade e pela característica do terreno a região foi explorada para o cultivo de eucalipto até 1.985, pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do estado de São Paulo – CODASP (CAMPOI, 2005).

### MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE



Fonte: BELLACOSA; HOFFMANN, 2010

Diferentemente do assentamento Bela Vista do Chibarro, o órgão gestor e responsável por dar assistência técnica aos assentados é a Fundação Instituto de Terras do Estado de

São Paulo (ITESP). Foi por meio deste órgão que os primeiros núcleos foram instalados, entre os anos de 1985 e 1986, sendo que os demais núcleos só foram instalados dez anos depois (FERRANTE e DUVAL, 2009). Atualmente residem 418 famílias no assentamento Monte Alegre, sendo que é no núcleo VI onde há uma maior concentração de famílias.<sup>2</sup>

A criação do assentamento se deu em um cenário de expansão dos movimentos grevistas de bóias – frias, que tiveram destaque nacional pelas greves de Guariba<sup>3</sup>. Estas greves, conforme detalha Ferrante et al (INCRA/UNIARA, 2012), se deram como forma de reivindicar os direitos trabalhistas que não estavam sendo respeitados nas usinas canavieiras. Foram fortemente reprimidas pelo então Secretário de Segurança Pública, Michel Temer. Era marcante a exploração do trabalho, que por muitas vezes tinha como consequência adoecimentos. Ainda segundo os autores, conforme começaram a haver repressões e perseguições políticas dentro dos movimentos grevistas, há uma pressão por parte dos bóias-frias para a obtenção de terra, que se utilizavam sobretudo de ocupações como forma de pressão política.

Segundo dados levantados em pesquisas realizadas pelo grupo Nupedor e informações disponíveis em arquivos do ITESP, as mulheres são titulares do lote em 17,5% dos casos, tendo em média mais de 50 anos de idade no assentamento Monte Alegre. Esta titularidade ocorre na maioria dos casos, em situações de viuvez, divórcio ou mulheres que ainda não se casaram. Ainda que por lei a titularidade do lote tenha que ser conjunta, na prática ela não altera a hierarquia de decisão e ação nos assentamentos (FERRANTE, 2010, p.210).

A disputa ideológica e territorial com a produção agroindustrial é o componente de maior destaque no contexto destes assentamentos. Segundo Ferrante e Duval (2009) a produção de cana de açúcar detém a maior extensão de terra agricultáveis no município, chegando a 32 mil hectares. Esta situação faz com que os assentamentos fiquem literalmente cercados por cana-de-açúcar e se reflete em inúmeros problemas para os assentados, como o frequente assédio dos usineiros em busca de expansão da sua produção

---

<sup>2</sup> Para maiores informações consultar o site do Itesp: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>

<sup>3</sup> Para conhecer mais sobre o processo de formação do assentamento consultar os trabalhos de: BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2002; FERRANTE, V. L. S. B. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias**. Araraquara, 1992. 589p. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista;

e a contaminação da produção agrícola dos assentamentos decorrentes da pulverização de agrotóxicos por aviões monomotores realizados sobre os canaviais. Estes fatores são relevantes para entender o perfil das famílias assentadas, já que aproximadamente 70% das famílias assentadas no Monte Alegre são compostas por ex trabalhadores de cultivos de cana e laranja (INCRA/UNIARA, 2010).

De acordo com Ferrante (2010), devido ao contexto específico na formação do assentamento, em que as mulheres são na sua maioria ex bóias frias, há uma dificuldade de gerir sua produção. Há pouco conhecimento relacionado com questões bancárias e outros elementos que compõem o ciclo de produção e comercialização. Além disso, no momento inicial de formação do assentamento o projeto produtivo não é discutido com a comunidade, sendo reproduzido a lógica vertical de execução das políticas públicas.

Ainda segundo a autora, há uma tendência de mulheres que optam pelo assalariamento fora do lote produtivo, revelando o caráter de ajuda que o trabalho da mulher recebe dentro do lote como também pode indicar a necessidade “ de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas da violência de gênero”, que podem incluir sobretudo o não compartilhamento da gestão da renda do lote entre o homem e a mulher. (FERRANTE, 2010, p.204).

## 2 - DEBATES SOBRE GÊNERO: (DIFERENTES) CAMINHOS

Na teoria política feminista, existem muitos debates ainda, principalmente no que diz respeito aos limites de algumas correntes (ausência na problematização de temas como público e privado; classe e raça) e seus avanços, desde 1980, após a conquista do sufrágio universal.

Como forma de destacar a importância do uso do gênero nas análises sociais, Miguel e Biroli (2014) destacam que o gênero é “...um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social “ (MIGUEL E BIROLI, p.8, 2014). Sendo assim, se faz necessário entender as relações de gênero como um elemento transversal em todas as esferas que compõem o debate sobre a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Deste modo, é intrínseco que as questões de interseccionalidade também venham à tona quando se coloca as relações de gênero como ferramenta de análise.

Segundo Silva e Schneider (2010) é necessário diferenciar sexualidade e gênero a fim de uma análise mais concisa. A identidade sexual abarca atributos relacionados à orientação sexual do indivíduo, como a heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e refere-se a relações entre a categoria do feminino e o masculino, enquanto gênero se refere ao entendimento do indivíduo enquanto ser biológico e suas interações com o ambiente, faz-se como uma elaboração cultural dos sexos. Os estudos de gênero, portanto, fortalecem a perspectiva de fundamentar e qualificar as diferenças entre homens e mulheres, rejeitando a idéia de uma explicação natural por aspectos culturais, sociais e econômicos. (HERNANDEZ, 2009; AQUINO e SCHNEIDER, 2010).

Miguel e Biroli (2014) destacam que embora tenham sido extremamente relevantes os avanços relacionados entre mulheres e políticas, existem muitos pontos a serem superados, principalmente no que diz respeito à apropriação dos espaços públicos. No tocante à cidadania, destaca-se a crítica ao que se construiu como indivíduo na teoria liberal, que devido à ausência de uma definição sólida sobre o que é o indivíduo, faz com que alguns direitos sejam limitados. Em suma, o que os autores chamam de indivíduo ‘abstrato’ não problematiza que, embora sejamos todos iguais, existimos e sobrevivemos em condições diferentes.

O conceito de gênero adotado pela produção acadêmica utiliza o que foi proposto pelo feminismo da diferença, que, diferente do que é apontado pelo feminismo da igualdade, considera que o conceito de gênero se desenvolve sob a base biológica. Os elementos culturais são construídos a partir de uma polarização entre os gêneros. Gênero

seria, portanto, “a organização social das diferenças físicas” entre homens e mulheres, sendo que estas diferenças estariam dotadas de significados. (SCOTT, 1990, p.13)

Em seu estudo Hernandez (2009) apresenta as principais correntes teóricas que debatem sobre as questões de gênero, que são classificadas basicamente entre as que colocam fatores biológicos como determinantes da construção social do indivíduo e em contraponto, as que defendem que a partir da construção social são dadas funções para as características biológicas. Sendo assim, é necessário refletir que a questão de gênero na ciência humana se faz complexa e pode ser analisada de diferentes maneiras a partir da perspectiva adotada.

Analisando as relações de trabalho, Miguel e Biroli (2014) apresentam dados extremamente elucidativos em relação às disparidades entre homens e mulheres. Apresentando dados de rendimento e de taxa de ocupação eles destacam que as diferenças aumentam, conforme inserimos outros aspectos para a análise, como a questão racial, em que as disparidades se colocam de forma muito concisa. “Nos dois extremos estão a renda média dos homens brancos e das mulheres negras – a dos primeiros é quase três vezes maior que a das últimas” (MIGUEL e BIROLI, p.10, 2014).

Contribuindo para essas assimetrias no mercado de trabalho existem elementos que se fazem presentes com exclusividade no cotidiano das mulheres, como destacam os autores:

Em conjunto, a vigência dos estereótipos, as estruturas de autoridade ainda dominadas pelos homens e as múltiplas responsabilidades adicionais, que são típicas da condição feminina nas sociedades marcadas pelo sexismo, tornam a experiência do trabalho assalariado mais penosa para as mulheres do que para os homens, o que, de formas diferentes, ocorre em todos os níveis de hierarquia de ocupações. (MIGUEL e BIROLI, p.11, 2014).

Deste modo, as desigualdades de oportunidades e acessos se contextualizam em uma gama de exigências e de coação que tornam a possibilidade da equidade dentro do mercado de trabalho cada vez mais distante. Os autores apontam que o número de famílias chefiadas por mulheres está aumentando, entretanto este crescimento se faz de um modo perverso na medida que não cresce o número de políticas públicas que permitam que as mulheres conciliem, ou, pelo menos, façam de uma maneira menos penosa, suas tarefas em suas várias jornadas de trabalho. Esta problemática se intensifica na medida que os papéis do feminino e masculino permanecem enrijecidos.

Hernandez (2009) faz uso dos argumentos contidos no trabalho de Bicalho (1998) para explicitar os entraves existentes no processo de conquista das mulheres pelo direito ao trabalho remunerado, que trouxe consequências positivas se refletirmos sobre os direitos associados a esta atividade, mas que por outro lado não foi suficiente para superar posicionamentos calcados no patriarcado. Ela aponta que a apropriação do espaço público pelas mulheres ao se inserirem no trabalho não foi suficiente para conquistarem a valorização do trabalho não remunerado exercido na forma de atividades domésticas, pelo contrário, houve um aumento da jornada de trabalho e aumento da opressão, que agora também é presente no ambiente de trabalho e se expressa principalmente com salários menores nos mesmos cargos ocupados por homens.

Baseado nesses dois itens podemos refletir que embora a mão de obra das pequenas propriedades seja familiar, não podemos negar que as relações são assimétricas. O que estamos colocando não é o fato de uma divisão rígida entre os espaços produtivos, o que queremos evidenciar é que o trabalho é familiar, mas só o masculino é reconhecido como produtivo. O trabalho doméstico é universalizado como exclusivo feminino. Além disso, o fato das mulheres desenvolverem seu trabalho na produção não é o suficiente para que elas deixem de ser oprimidas no espaço privado.

Os autores mencionam outra perspectiva que frequentemente fica sem a devida atenção. Em relação ao público e o privado, Miguel e Birolli (2014) analisam que ainda que a violência doméstica afete diretamente as oportunidades e a construção social dessas mulheres, a esfera do público e do privado deve ser levada como elemento norteador das políticas públicas.

Em relação à representação política das mulheres no Brasil, dados desafiadores são elucidados:

O percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados permanece inferior a 10%. Na política local, a situação não é melhor – as mulheres ocupam cerca de 12% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassam os 10% no cargo de prefeitas (MIGUEL e BIROLI, 2014, p.12).

Esta configuração explica a situação atual mencionada pelos autores, que enfatizam o cenário em que decisões na esfera do Legislativo e Executivo ainda são de responsabilidade masculina. Embora muitas políticas públicas específicas de gênero sejam produto da luta de mulheres que se organizam politicamente, este contexto se coloca também dentro dessas ocasiões. Não é incomum assentadas relatarem, durante pesquisas



de campo e entrevistas, que há um desprezo por parte dos técnicos que prestam assistência aos assentamentos, em relação a projetos e políticas que sejam específicas para as assentadas.<sup>4</sup>

Um questionamento importante realizado pelos autores:

Quais mecanismos limitam a participação delas nas esferas públicas fazendo com que mais de oitenta anos depois da conquista do sufrágio feminino elas permaneçam marginais na política? (MIGUEL e BIROLI, p. 13, 2014).

Este questionamento, revertido na análise da participação política das assentadas, assume diversas interpretações. Após conquistas importantes como o PNDTR e a titulação conjunta, quais fatores devem ser superados para que as mulheres se apropriem dos espaços públicos como as associações e até mesmo os espaços políticos do poder municipal?

As opressões de gênero são apresentadas na sociedade sem muitos constrangimentos, sendo que em dados momentos na história foram inclusive exaltadas. Miguel (2014) afirma que, levando em consideração as significativas contribuições do feminismo na leitura da realidade política, que parte do princípio socialista, em que o mundo deve ser primeiramente interpretado para depois ser modificado. Foram vários os avanços ao longo do tempo, que a luta feminista possibilitou em relação aos direitos das mulheres. Entretanto é importante refletir que embora mitigadas, as formas de dominação ainda existem e, na medida do tempo, se tornaram mais complexas.

Quando falamos sobre dominação masculina assumimos as modificações sofridas nas instituições patriarcais, que pelas transformações nos processos de subordinação da mulher pelo homem, se assumem como uma expressão mais geral do que patriarcado. Miguel (2014) relata que esta dominação masculina foi construída ao longo da história e que sempre coexistiu com alguma forma de resistência das mulheres, ora mais ou menos organizadas politicamente. O feminismo em sua trajetória, segundo Miguel (2014), *se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública* (MIGUEL, p19, 2014).

O autor realiza um resgate histórico sobre as principais expoentes da luta feminista. Ele destaca, entre outras, o papel de Mary Wollstonecraft, considerada como fundadora do

---

<sup>4</sup> IZIDORO, L. T.; SILVA, M. E. S. ; BARONE, L. A. . **Política pública e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema**. Retratos de Assentamentos. Retratos de Assentamentos, v. 17, p. 50-75, 2013.

feminismo, haja vista sua obra que sistematizou as reflexões acerca da superação das desigualdades que as mulheres enfrentavam.

Posteriormente, surge a problemática da abordagem do feminismo liberal que não levava em consideração as diferentes posições sociais das mulheres. O autor apresenta como exemplo as discrepâncias que ocorriam nas lutas travadas pelo feminismo nos séculos XVIII e XIX, em que as escravas não eram consideradas parte do movimento e não tinham um espaço de fala.

Nos séculos que se seguem o feminismo se constrói a partir de diversas outras correntes, que se iniciam com a inserção da opressão de classe nos debates sobre gênero, em que as socialistas consideravam uma aproximação entre as classes no contexto da luta política e as anarquistas como Emma Goldman (1869 – 1940) que não via a possibilidade de uma convergência de classe na luta feminista.

Dentre avanços e problemáticas nas diversas correntes que surgem, Miguel (2014) apresenta as diversas perspectivas que se tornaram relevantes na construção do pensamento feminista. As problemáticas em relação à coesão e à interseccionalidade são muitas e se apresentam em diversos momentos, mas foram fundamentais para que o feminismo tivesse uma repercussão considerável e fosse incorporado nos debates sociais.

Avançando para as décadas de 1960 e 1970 no Brasil, o feminismo elaborou importantes reflexões a partir de Heleieth Saffioti e Elizabeth Souza-Lobo, entre outras mulheres em períodos anteriores e posteriores que contribuíram significativamente para o avanço das pautas femininas no Brasil.

Toda essa construção histórica foi responsável por apresentar perspectivas e direcionar o feminismo contemporâneo. Os diversos caminhos trilhados para a inserção das pautas feministas nos debates midiáticos e na sociedade como um todo foram essenciais para que as mulheres conseguissem se articular para responder de uma forma cada vez mais concisa os problemas que vão se modificando ao longo do tempo, mas que possuem as mesmas raízes, conforme o autor destaca:

E assim também ocorre na teoria política, que constrói de uma nova forma seus problemas clássicos e incorpora novas questões a seu repertório a partir do universo de preocupações estabelecido pelas investigações sobre o impacto das desigualdades entre homens e mulheres e também pelas lutas em prol da superação do sexismo (MIGUEL, p. 29, 2014).

Em relação ao espaço público e ao espaço privado, existem diferentes perspectivas que foram se construindo ao longo da construção do pensamento feminista. A naturalidade dada à divisão sexual entre público e privado foi e vem sendo intensamente criticada pelas feministas. A dualidade colocada no debate é criticada por Biroli (2014), que interpreta a divisão entre público e privado como uma forma de esvaziar o teor político das relações privadas, como se as relações de poder não fossem intrínsecas à política.

Na medida em que são atribuídos elementos diferenciados entre as esferas pública e privada, cria-se a problemática de naturalizar, e tornar imutável, características a estes espaços, somando-se a isto os estereótipos de gênero:

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios (BIROLI, 2014, p.32).

Esta relação entre o espaço privado e as mulheres, ajuda a dificultar a intervenção do Estado sobre as opressões que estas sofrem dentro de casa. Ela também corrobora para a ideia de que a mulher deve se resguardar e assumir exclusivamente seu papel de cuidadora, sendo considerado como “desvios”, como Biroli sugere, sua inserção na esfera política, nos espaços de poder público (câmara de vereadores, câmara dos deputados, entre outras representações).

A autora chama a atenção para o fato de que o espaço público não representa o espaço de debate entre iguais, já que devido à dominação masculina, as mulheres não se encontram nesses espaços e, portanto, para que o debate avance, seria necessário a superação das desigualdades na esfera privada. Tendo em vista que as mulheres não ocupam com igualdade os espaços políticos, podemos analisar que dificilmente as políticas públicas elaboradas nestes espaços irão contemplá-las na esfera privada, sem que haja alguma pressão por parte destas. A autora destaca que “ O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (BIROLI, 2014, p.33).

Relacionando o espaço privado como sendo o “mundo dos afetos” a autora analisa que somente com a politização das mulheres seria possível superar as opressões sofridas

por elas. Além disso, seria necessário que alguns poderes fossem questionados, sofrendo a intervenção do Estado e estando, portanto, na contramão do discurso liberal. Somente com a atuação do Estado seria possível barrar os abusos sofridos pelas mulheres, como os estupro no casamento e a violência física. Na medida em que esses abusos e diversas outras assimetrias de gênero fossem mitigados, e as relações privadas se tornassem mais equitativas, seria mais fácil para as mulheres se inserirem nos espaços públicos, por meio de uma divisão de responsabilidades domésticas mais igualitárias.

A crítica à imposição da esfera privada às mulheres é uma das perspectivas debatidas intensamente no cenário feminista. Ocorre que, para realizar a abordagem da esfera privada, tendo como crítica a dedicação exclusiva das mulheres nestes espaços, é preciso relacionar de que mulher estamos pensando. Ou seja, é necessário que se reflita o impacto diferente que a vida doméstica vai ter nas mulheres de acordo com sua história e a classe social que está inserida. Sobre a desvalorização do trabalho doméstico, a autora explica que “...está relacionada à divisão sexual do trabalho e a arranjos familiares convencionais – a posição hierárquica da ‘dona de casa’ e o trabalho doméstico desvalorizado são faces de uma mesma moeda, mesmo quando as mulheres trabalham dentro e fora de casa.” (BIROLI, 2014, p.37).

Ainda que o movimento feminista critique a associação da mulher com o espaço privado como sendo algo negativo, é importante ressaltar que a desvalorização da vida familiar só pode ser levada em consideração quando estamos interpretando a realidade de mulheres de classe média, pois a família pode assumir, segundo a autora, como um mecanismo de suporte. O acesso das mulheres ao mercado de trabalho pode significar uma segunda carga de exploração, a de classe. Desta forma, há a necessidade da interseccionalidade para a análise da (des) valorização do trabalho doméstico, já que o trabalho assalariado vem, para as mulheres pobres, na forma de precarização.

Sobre a variação do acesso ao espaço privado e sua interpretação, de acordo com a classe, a autora conclui que:

Em outras palavras, o usufruto do “direito a ser deixado em paz” tem relação direta com a posição dos indivíduos na geografia espacial das relações de poder, seu acesso a tempo livre e seu controle potencial sobre a própria vida. Privacidade pode, nesse sentido, depender de um menor grau de privatização (BIROLI, p.40, 2014).

Este debate pode ser feito a partir da perspectiva da teoria marxista, uma vez que no feminismo marxista, a opressão sexual da mulher nos diferentes sistemas econômicos se tornou tema fundamental de análise. Enquanto Engels apontava que no socialismo, a opressão sexual das mulheres se findaria juntamente com a sociedade de classes, Trotsky se opunha apontando que o fim da opressão só seria possível se fossem modificadas radicalmente as estruturas de subordinação. (HERANDEZ, 2009). Como exemplo deste processo que Trotsky aponta, podemos usar a questão do trabalho. Na teoria marxista é afirmado que somente com a inserção no trabalho produtivo as mulheres poderiam alcançar sua emancipação. Entretanto, o que vemos hoje é que essa inserção somente trouxe outras formas de desigualdades, sobretudo na questão salarial e hierarquias de tempo de jornada, já que não ocorreu divisão na responsabilidade do trabalho doméstico.

Sendo assim, podemos concluir que a inserção da mulher no mundo do trabalho trouxe novos desafios a serem superados, principalmente no que se refere às relações entre homens e mulheres já que se “materializam no trabalho doméstico, na reprodução e na sexualidade” por meio de “relações desiguais, a partir das quais surgem tensões, enfrentamentos e conflitos” (HERNANDEZ, 2009, p. 47).

Nesta apropriação da mão de obra feminina, pelo mercado de trabalho, a divisão da esfera pública e privada adquire novas nuances, porque vai determinar diversos outros contextos como representatividade e relações de poder, os quais comandam estes dois espaços. Se tratando das relações de poder, o feminismo marxista analisa que a manutenção do poder se estabelece nas relações desiguais de atividades desenvolvidas entre homens e mulheres, conforme a autora aponta:

Para o feminismo marxista, as relações de trabalho entre homens e mulheres são relações de produção desiguais, nas quais as mulheres realizam determinadas atividades (domésticas, produtivas e reprodutivas) em troca de sua manutenção, uma vez que se encontram excluídas do sistema de patrimônio (COLLING, 2004 apud HERNANDEZ, 2009, p. 47).

A questão do patrimônio e, principalmente, da sucessão no meio rural tem relevante importância e já foi discutida por diversos autores (CARNEIRO, 2001; BRUMMER, 2007). Esta prática de relações de produção desiguais é também materializada na história dos assentamentos. É muito comum que as mulheres saiam para trabalhar na cidade, buscando sua autonomia econômica, já que culturalmente, e com a morte dos pais, o lote

acaba sendo assumido pelos filhos, ficando para a mulher apenas a parte do lote onde existe a produção ligada à esfera doméstica.

### **3. DIFERENTES NUANCES DO MACHISMO NO CAMPO: DIFICULDADES, ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS**

#### **3.1. TRABALHO**

Os assentamentos se fazem produto de luta pela reforma agrária, e neste contexto de conquista, o papel da mulher se apresenta oscilante, já que embora sejam atuantes no processo de conquista, têm seu papel secundarizado na dimensão familiar e produtiva no lote nos assentamentos. (BARONE, et. al., 2012).

Inseridas tanto no trabalho doméstico, que inclui os cuidados com a horta e com os filhos, quanto em trabalhos ligados a relações comerciais, como os tidos como “ajuda” aos maridos, as mulheres do campo têm sua mão-de-obra categorizada como subalterna. Como indicador desta ausência de reconhecimento da força de trabalho feminina, podemos citar o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração (RUA e ABRAMOVAY, 2000).

A problematização da invisibilidade do trabalho feminino se dá comparando e analisando o trabalho produtivo e o trabalho não produtivo. Ambos aparecem no lote familiar e suas diferenças se fazem presente no trabalho de Paulilo (2004) o qual a autora faz a seguinte distinção:

E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. (PAULILO, 2004, pg 244)

Embora seja complexo realizar análises sobre a divisão sexual do trabalho na unidade familiar, entendemos que, embora a família esteja presente nos trabalhos realizados no lote, existem assimetrias de poder, que acabam por desqualificar o trabalho da mulher, sendo este visualizado como ajuda, quando na verdade é fundamental para o sucesso das atividades. Esta unidade familiar não se faz homogênea e se estrutura de forma hierárquica. Ainda que o trabalho seja dividido por toda a família, a distribuição e a destinação da renda se faz de modo desigual (DEERE e LEON, 2002).

Sobre a divisão sexual do trabalho Bourdie (2005) explica que

A sociedade modela a diferença entre os sexos biológicos, de acordo com uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação de homens sobre mulheres, que também se manifesta na realidade da ordem social através da divisão do trabalho (BOURDIE, 2005, p18).

Esta divisão, contudo, não foi concebida nos primórdios da civilização, baseada na diferenciação de força entre homens e mulheres. Conforme destaca Saffioti (2015) essa divisão se origina nos povos que utilizam caça e coleta. Uma vez que as mulheres necessitavam amamentar seus filhos era inevitável que estes fossem amarrados aos seus corpos em qualquer atividade por isso era desfavorável que estas fossem responsáveis pela caça uma vez que os animais poderiam fugir ao ouvir algum ruído dos bebês.

A complexidade em que estão inseridas as análises do trabalho feminino também é descrita pela fundação ITESP (2013) em uma de suas publicações. Ali se relata que foi observado que as mulheres geralmente não incorporam aos custos de produção as horas trabalhadas em projetos coletivos. Ainda segundo o ITESP (2013), devido à invisibilidade do trabalho feminino, as mulheres não conseguem valorar o seu trabalho, mesmo nas atividades produtivas sob sua total coordenação.

Desta forma, as concepções naturalizadas do que seja o trabalho feminino modelam os discursos e entram a possibilidade de rompimento da subordinação. O trabalho das mulheres assentadas no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e suas limitações, dentro do núcleo familiar, se expressam, sobretudo, na esfera produtiva (GARCIA, 2004). É o que aponta também o trabalho de Paulilo (1987), que trouxe para o debate a incoerência da diferenciação entre trabalho “leve” (atribuído às mulheres) e “pesado” (atribuído aos homens) no meio rural. A autora analisa duas produções (cana-de-açúcar e fumo) localizadas em regiões distintas. Destaca-se elementos muito comuns também nos espaços do assentamento, principalmente no que diz respeito à valorização do trabalho feminino. Assim como nos assentamentos, nas produções estudadas, o trabalho da mulher é encarado como ajuda pela família. Além disso, a autora evidencia que as mulheres são pior remuneradas em relação aos homens ainda que desenvolvam funções semelhantes já que “...o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

Utilizando-se do trabalho de Anita Brummer de 1996, Silva e Schneider (2010) apontam que o trabalho feminino nas unidades produtivas é entendido como uma obrigação natural que tem a mulher de ajudar seu cônjuge, já que a atividade profissional e a vida familiar são desenvolvidas no mesmo local e as relações entre homem e mulher são tanto de cônjuges como de colaboradores (BRUMMER apud SILVA e SCHNEIDER, 2010).



Tendo em vista a disparidade na responsabilidade do trabalho doméstico, é importante visualizar, que assim como a discrepância na renda mensal entre homens brancos e mulheres negras, a responsabilidade pelos afazeres domésticos também se caracteriza com os mesmos aspectos, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos pela População de 10 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio em 2014

Cor/Raça	Localização do Domicílio	2014	
		Masculino	Feminino
Branca	Urbano	10,5	23,9
	Rural	10,6	25,8
Negra	Urbano	10,7	24,3
	Rural	10,7	25,6

**Fonte:** Retratos da desigualdade de gênero e raça. (IPEA, 2014).  
Adaptado pela autora.

Conforme aponta o quadro, a média de horas semanais que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é, em todos os cenários, maior do que a dos homens. Podemos avaliar diante deste contexto, que a disponibilidade das mulheres para executarem outras tarefas ou participar de qualquer outro espaço fica substancialmente mais limitada em relação à disponibilidade dos homens. Ainda que as mulheres do campo e da cidade compartilhem da mesma problemática é válido ressaltar que no caso das mulheres que residem no espaço rural alguns agravantes são inseridos como, por exemplo, a longa distância (quando não ausência) de alguns serviços, como creche e/ou escolas para os filhos.

A invisibilidade do trabalho feminino também dificulta a participação da mulher nas esferas políticas. Segundo Rossini (2008) ao entrar para o mercado de trabalho, na medida que seu trabalho gera renda, a mulher começa a se enxergar como trabalhadora e

não mais como um elemento que fornece ajuda. Desta forma, ela começa a se interessar por sindicatos e intensificar sua participação política.

Com a inserção no mercado de trabalho, conforme já mencionado, ela conquista alguns direitos que são garantidos por lei aos trabalhadores e trabalhadoras. Um desses direitos se refere à previdência social.

### **3.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ENTRE INVISIBILIDADES E RESISTÊNCIA**

A participação política da mulher ainda se faz de forma muito tímida e enraizada nas concepções machistas. Em uma associação estudada por Medeiros (2008) as mulheres assentadas participavam das reuniões de forma limitada, uma vez que opinavam sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas, mas não possuíam acesso à informações e relações institucionais. Medeiros também problematiza o fato das decisões e conhecimentos serem direcionados somente para os homens, apontando também para uma manutenção de poder masculino já que “[...] o homem acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilitam a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder” (MEDEIROS, 2008, pg. 13).

É válido destacar que o grau de participação das mulheres em espaços públicos institucionais, se relaciona diretamente com a valorização social do que é decidido nesses espaços. O que deve ser pontuado é que as mulheres participam sim dos espaços públicos, porém de espaços que são inferiorizados pela sociedade. Quanto mais o espaço permite o debate de assuntos ligados à família ou à educação, maior a participação de mulheres. O poder político do espaço público é quase que inversamente proporcional ao número de mulheres. As mulheres são maioria em organizações de bairro, organizações de escola, espaços municipais, mas conforme vai aumentando a hierarquia política mais cerceamento elas vão sofrendo. Além disso, nestes espaços existem inúmeras dificuldades de participação, visto uma naturalização da capacidade dos homens de gerenciarem, as mulheres nos espaços políticos são mais cobradas, os critérios se enrijecem. Outro entrave deriva da divisão sexual do trabalho, já que as mulheres que acumulam jornadas de trabalho por assumirem as tarefas de mãe e realizar as atividades domésticas, sua possibilidade de participação política fica limitada e se torna exaustiva pelo acúmulo de atividades.

Avaliar como as mulheres são incluídas socialmente por meio das políticas públicas é uma tarefa complexa, já que nem sempre a existência de uma política pública é garantia da efetividade do que ela se propõe a fazer. Além disso, a própria definição de política

pública também se coloca de modo plural. É necessário também, uma vez que o presente trabalho tem como enfoque um programa de governo, definir a diferença destas duas ações do Estado. A socióloga Marta Farah (2004) aponta que

A política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência que se desdobra uma política pública. (FARAH, 2004, p.47)

Já o importante trabalho elaborado pela socióloga Celina Souza (2006), apresenta uma análise minuciosa sobre a definição, origem e modelos de políticas públicas. A autora aponta que países com regimes democráticos mais recentes têm mais dificuldade de elaborar políticas públicas que sejam suficientes para impulsionar a economia e promover a igualdade social (SOUZA, 2006, pg 21).

A autora explica que a elaboração de políticas públicas se dá a partir de diferentes estudiosos, como Lindblom, que entende as políticas públicas como a integração de relações de poder (LINDBLOM apud SOUZA, 2006). Ou seja, seria necessário, na formulação do conceito de política pública, a incorporação das burocracias, do papel das eleições, dos partidos e dos grupos de interesses.

A definição de política pública, no entanto, não é restritiva, conforme demonstra a supracitada autora. Entre as diferentes definições, ela cita a de Lynn (1980) em que política pública é definida como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN apud SOUZA, 2006). Além deste autor, a definição elaborada por Laswell (1936) também é mencionada por Celina Souza. Nela, o autor reflete que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz” (LASWELL apud SOUZA, 2006, pg 24).

A partir desta definição é possível observar as políticas públicas voltadas para as mulheres e tentar entender que diferenças fazem para a sua vida produtiva no lote, já que, pela complexidade da relação entre pesquisador e pesquisado nem sempre conseguimos ter clareza se o que se modifica na esfera produtiva necessariamente modifica o núcleo familiar. Se no contexto de luta pela terra, por vezes, as relações patriarcais são superadas pela necessidade de homens e mulheres estarem na militância política, é sabido que, no âmbito do lote, as igualdades são sufocadas pelos papéis sociais impostos.

Quando se analisa a questão de gênero na conquista da terra, por exemplo, vemos que o acesso à terra por parte das mulheres é mais baixo, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Isso sugere que, embora tenha ocorrido uma democratização do acesso à terra, seu acesso ainda não ocorre de forma igualitária entre homens e mulheres (PAULILO,2004).

A desigualdade do acesso é vista quando analisamos a titularidade das terras. Em diversos trabalhos realizados sobre o tema, foi verificado que a maior parte dos títulos de terra se encontra em nome de homens. Em pesquisa realizada em algumas regiões do país (MELO e SABBATO, 2008, p. 160), diagnosticou-se uma masculinização do mundo rural, provocada, em parte, pelo êxodo das mulheres jovens - no geral para os centros urbanos. O fato se deve pelos filhos do sexo masculino terem maior participação no campo (as filhas trabalham fora ou ajudando no trabalho doméstico) e serem os mais indicados pelos pais para a sucessão da terra. Na pesquisa realizada pelas autoras citadas, no tocante à titularidade da terra, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres, contra 85,9% que tinham homem como titulares.

Sobre este tema Silva e Schneider (2010) explicam que em localidades rurais onde viviam principalmente imigrantes italianos e alemães:

[...] buscava-se dar aos filhos homens, sobretudo ao herdeiro, um lote de terra para manter a família e às mulheres um dote e um enxoval, já que com o casamento, passaria a fazer parte do grupo familiar do marido, sendo ele o responsável pelo seu sustento e dos seus filhos. Além da obrigação do marido em ser o responsável pela família, desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado “ajuda”, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcela da herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (pai, marido, ou filho). (SILVA e SCHNEIDER, 2010, p. 7)

Sobre a inserção da questão do gênero nas políticas públicas podemos afirmar que foi pensada em um período recente, a partir de movimentos sociais e que foi se tornando cada vez mais complexa com o passar dos anos. As mudanças entre sociedade e Estado vêm ocorrendo principalmente a partir dos anos 1970, marcadas principalmente por um momento de democratização dos espaços de decisão e pela inserção de camadas sociais menos privilegiadas como público das políticas públicas (FARAH, 2004).

Essas mudanças foram conquistadas por meio de reivindicação dos movimentos sociais, e conforme Farah (2004) destaca, foram os primeiros espaços onde as mulheres

passaram a atuar na esfera pública. Esses movimentos constituídos por mulheres, começam a apresentar temas relacionados à vivência feminina e a partir daí começam a dialogar com o movimento feminista, contribuindo para a inclusão da questão de gênero nos espaços institucionais públicos. Como resultado deste processo, as primeiras políticas públicas com a questão de gênero inclusa em seu projeto começaram a serem implementadas na década de 1980, tendo destaque, no Estado de São Paulo, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Política da Defesa da Mulher, em 1985. Em âmbito federal a principal conquista foi a reivindicação de pautas relacionadas as mulheres na Constituinte de 1988. A autora explica que como a intervenção do Estado com as questões de gênero se tornam mais complexas as demais reivindicações do movimento feminista também abrangem problemáticas mais estruturadas.

Além disso, destaca-se que as reivindicações dos movimentos se dirigiam a todas as esferas de governo, passando pelo nível federal, até o local, em pautas relacionadas à ampliação de vagas em creche, por exemplo. Com o desenvolvimento da complexidade da inclusão do gênero nos projetos de políticas públicas os movimentos constituídos por mulheres e o movimento feminista inicia um processo de divergências, centralizadas na questão da participação dos espaços governamentais. Posteriormente, a tendência da inclusão das mulheres nos espaços políticos institucionais ganha força. Uma vez que as mulheres são contempladas no projeto das políticas públicas, é reivindicada a participação das mulheres nos espaços relacionados com as etapas da consolidação das políticas públicas, abrangendo os espaços de formulação, implementação e avaliação (FARAH, 2004).

Dentro do lote, a existência de políticas públicas também não é garantia de uma autonomia para as mulheres. Reconhecer os direitos e inseri-los nas políticas públicas não garante sua efetividade ou eficácia. Em pesquisa que utilizou dados obtidos através da pesquisa realizada entre a Superintendência Regional (SP) do INCRA e o Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), envolvendo o grupo de pesquisa NUPEDOR (equipe formuladora e implementadora de pesquisa amostral nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo) foi possível diagnosticar que, mesmo no caso de políticas públicas específicas, nas quais o protagonismo feminino é pressuposto, o índice de acesso é baixíssimo (IZIDORO, 2013). É o caso também do Pronaf Mulher, objeto de estudo deste trabalho e que será explanado na próxima sessão.

Buscando elementos que possam garantir a inclusão da mulher em algumas esferas não naturalizadas pelo patriarcado, as mulheres se colocam em luta e reivindicam direitos - que extrapolem o simples acesso à terra - e que forneçam condições para que elas consigam se reconhecer como assentadas. Butto e Hora (2008) em seu trabalho apresentam um levantamento de alguns direitos conquistados pelas mulheres no campo, o que nos fornece um panorama do avanço das políticas públicas para promover a igualdade entre os gêneros, embora conforme destacam as autoras, nem sempre elas, por si, só garantem uma efetiva implementação.

Segundo as autoras supracitadas, uma conquista importante para as mulheres assentadas se deu em 2003, no II Plano Nacional de Reforma Agrária feito pelo Ministério do Desenvolvimento da Agricultura, no qual foi instituída a portaria do Incri nº981/2003 que garantiu a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por casais. Neste ano foi criado também o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre).

De forma geral, a pressão dos movimentos sociais que lutavam por políticas públicas que auxiliassem na superação do patriarcado ocorreu gradativamente e foi fundamental para que a perspectiva de gênero fosse colocada em algumas instâncias políticas, como aponta Medeiros:

“Essa pressão também foi importante para garantir a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como é o caso da institucionalização, dentro do Ministério, do programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres; o estabelecimento de uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Banco da Terra, quando este foi criado, bem como nos treinamentos do Pronaf e dos programas de extensão; o objetivo de assegurar, progressivamente, 30% de representação de mulheres na estrutura administrativa do MDA e, quando em 2003, tornou-se obrigatória a titularidade conjunta da terra” (MEDEIROS, 2008, p. 17)

Outra política pública vigente, que busca contemplar os direitos das mulheres, indo além de uma perspectiva de mercado, é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que visa oferecer documentos como o Cadastro de Pessoa Física e demais documentos de ordem civil e trabalhista, garantindo a cidadania das

mulheres do campo. O programa foi criado em 2004 e se insere, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), no Programa Territórios da Cidadania. De posse destes documentos, é possível que as mulheres ganhem autonomia institucional para se cadastrarem, por exemplo, na Declaração de Aptidão de Produtor, necessária para a inclusão no Programa de Aquisição de Alimentos, além de facilitar a inclusão em diversas outras políticas públicas importantes, como o Pronaf Mulher. O PNDTR, ainda segundo o MDA, foi elaborado a partir da ajuda de movimentos sociais feministas como o setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento das Mulheres Camponesas –MMC (MDA, 2013).

Em nível estadual as mulheres assentadas também se organizaram, agrupando os diferentes movimentos de mulheres rurais e tiveram como principal apoio o Itesp. Desde 1986 haviam grupos de mulheres que se organizavam politicamente, reivindicando direitos que garantissem a qualidade de vida já nos assentamentos. Até 1987 as reivindicações eram pontuais e tratavam sobretudo de infraestrutura, como por exemplo, melhoria das estradas no Estado de São Paulo. O Itesp colaborava com a organização das mulheres assentadas auxiliando no deslocamento das mulheres e promovendo alguns cursos. Até o ano de 2002 houveram 4 encontros estaduais de mulheres assentadas, que tinham como preocupações diversos temas como financiamento, saúde, educação, renda, entre outros assuntos relativos aos assentamentos. O quarto e último encontro de mulheres assentadas ocorreu em 2001 no município de Araraquara, com a participação de 450 mulheres. Em 2002 as mulheres conseguem se legalizar e criam a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP) (VALENCIANO, 2011).

A evolução da inclusão da mulher no desenvolvimento se deu de forma complexa. Os principais elementos norteadores da modernização a partir de 1950 foram o progresso tecnológico e o aumento da renda. Isto fez com que o modelo de desenvolvimento fosse calcado em aspectos estritamente econômicos, não levando em consideração os aspectos sociais, que passariam a se tornar relevantes somente após crises econômicas como as dos anos 1970 e 1980 (HERNANDEZ, 2009). Somente após 1970 é que pautas que tinham como preocupação as necessidades básicas de grupo marginalizados entraram em discussão.

Dentro da perspectiva do bem-estar social surgem políticas públicas com o objetivo de satisfazer as demandas de grupos minoritários. Hernandez (2009) aponta que é a partir desta orientação que são desenvolvidas duas perspectivas de desenvolvimento,

relacionadas à mulher, diferentes e que têm orientado a formulação das políticas públicas. Elas são nomeadas por Mulheres em Desenvolvimento (MED) que têm como objetivo facilitar o acesso da mulher ao “setor moderno da economia e ao desenvolvimento econômico.” (HERNANDEZ, 2009, p.55). A autora aponta que esta perspectiva sofreu rejeição por parte dos estudiosos, uma vez que não coloca em debate as relações de poder.

Estas críticas fizeram com que na década de 1990 fosse construída a perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (GED) que leva em consideração a incorporação das mulheres no desenvolvimento através de interesses práticos e estratégicos a fim de tentar mitigar as assimetrias entre homens e mulheres (HERNANDEZ, 2009).

Hernandez (p. 57, 2009) esclarece que com o avanço de direitos, a estrutura da família concebida pelo Estado vai se modificando e desta forma é importante pensar na família como um conjunto heterogêneo que se organiza a partir de uma conveniência de divisão de responsabilidades. Ela afirma que levar em conta papéis tradicionais exercidos pelo núcleo familiar faz com que a implementação de políticas públicas se torne uma tarefa complexa. Utilizando as reflexões de Moser (1991), a autora reflete que as políticas públicas por muitas vezes acabam dando preferências às necessidades práticas ao invés das estratégicas de gênero (MOSER, 1991 apud HERNANDEZ, p.58, 2009).

Portanto, embora haja um crescente número de políticas públicas que têm como objetivo a superação do machismo, a maior parte delas não coloca a organização patriarcal em questão, como no caso do Pronaf Mulher, em que os projetos elaborados são direcionados a atividades em que geralmente predominam a mão-de-obra masculina.



#### **4 . O PRONAF MULHER: DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DA MULHER POR MEIO DO CRÉDITO?**

Conforme destacam diferentes autores (ALVES, 2007; ZORZI, 2008) o acesso ao crédito se torna um tema extremamente relevante quando se coloca em análise a condição da mulher no meio rural, já que pode permitir a apropriação de um projeto econômico e possibilitar a autonomia financeira das trabalhadoras rurais.

O empoderamento, termo derivado da palavra em inglês *empowerment* e incorporada pelo movimento feminista a partir dos anos 1970, e trata de um processo que modifica o plano econômico – individual, pessoal, social e político. Em relação ao plano o empoderamento pode ocorrer na medida em que, com o acesso ao crédito, as mulheres se colocam de uma maneira diferente em relação a comunidade, ao tempo em que consegue ter controle sobre sua renda e sobre a gestão da renda da família. (ZORZI, 2008; ARAÚJO Et. Al., 2017).

Ainda sobre a relação empoderamento e renda, Sen (2000) considera que o empoderamento econômico da mulher é processualmente construído e conta com o suporte da obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual, seja coletivo, auferido a partir do ganho advindo de um emprego fora de casa. Entretanto, no caso das mulheres assentadas, o trabalho fora de casa representa por muitas vezes a falta de acesso a renda, que fica sob responsabilidade exclusiva do marido.

Levando em consideração que o empoderamento da mulher se estrutura por meio da modificação das relações de gênero, Hernandez (2009) avalia que este empoderamento poderia ser construído por meio do desenvolvimento na medida em que a mulher se apropriasse de elementos que garantissem sua autonomia econômica e sua representação social e política. Sendo assim, ela defende que

O crédito rural, como instrumento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e seu efeito na situação das mulheres rurais constitui um eixo de análise para as relações de gênero, considerando a noção de empoderamento, como estratégia de desenvolvimento. (HERNANDEZ, 2009, p. 43)

Desta forma, é importante avaliar os efeitos das políticas de crédito rural no cotidiano das mulheres rurais, principalmente as políticas de crédito que receberam, por meio de muitas lutas, um recorte de gênero. É o caso, por exemplo do Pronaf Mulher, que se faz como um eixo de gênero dentro do Pronaf. Neste trabalho não temos a intenção de

realizar uma descrição complexa do Pronaf, visto a existência de uma vasta gama de trabalhos que executam esta tarefa<sup>5</sup>. O que se pretende é realizar uma breve discussão tanto do processo histórico de sua criação quanto da sua caracterização para fornecer elementos que auxiliem na interpretação e análise da inserção das mulheres nesta política de crédito.

Sobre a criação do Pronaf, Fernandes (2008) aponta que é importante destacar o cenário político que fez pano de fundo a esta política de crédito. Além disso, cabe ressaltar que o Pronaf foi uma política pública conquistada por meio de uma sequência de acontecimentos políticos dados pela pressão dos movimentos sociais. Em um cenário geral, após a constituinte em 1988, com a implantação das políticas neoliberais, há um aumento do desemprego e a flexibilização das leis trabalhistas.

Com a instauração da denominada “Revolução Verde” que se caracterizou como o capitalismo agrícola que impôs um pacote tecnológico e financeiro no campo, houve expulsão dos pequenos produtores do campo e aos que ficaram, se intensificou o processo de precarização na produção e na sua reprodução. A partir disto, há um aumento na demanda por melhores condições de vida e trabalho, tendo como um dos elementos de reivindicação o acesso ao crédito. (ZORZI, 2008).

Tratando-se das políticas públicas voltadas ao campo, houveram muitas ações para que o governo estabelecesse mudanças em benefício aos pequenos agricultores. Intensificam-se as mobilizações dos trabalhadores rurais, articulados sobretudo pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única de Trabalhadores (DNTR/CUT). Diversos setores relacionados ao proletariado rural se organizaram e realizaram o “Grito da Terra” que consistia em marchas com o intuito de reivindicar mudanças estruturais na relação entre governo e trabalhadores rurais (FERNANDES, 2008).

Como resposta a essas mobilizações é criado, em 1993, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) (BRUMER E SPANEVELLO, 2012). Com o Provap os produtores são separados por categorias, sendo que, até então, eles disputavam

---

<sup>5</sup> SCHNEIDER, s.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). Políticas Públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 21-49.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, v. 4, 2001. MATTEI, Lauro et al. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. IICA., 2006.

recursos com os grandes proprietários, que via de regra, se apropriavam da maior parte do crédito disponível para a agricultura (ZORZI, 2008).

Posteriormente, em 1996, o Provap é reformulado por meio do Decreto Presidencial nº19446 de 28/07/1996 e se torna o Pronaf. De acordo com Heredia e Cintrão (2006) o Pronaf enquanto política de crédito rural direcionada à agricultura familiar tem como objetivo mitigar as desigualdades sociais existentes na zona rural, já que historicamente a política de crédito até então existente, fez com que houvesse concentração do capital nos setores empresariais ligados ao agronegócio. Fernandes (2008) pontua em seu trabalho que, de acordo com um ex-presidente da Embrapa entrevistado por ela, o Pronaf teve como proposta inicial ser uma política de desenvolvimento rural, mas que, por contrapontos de entraves políticos acabou se tornando um programa<sup>6</sup> (FERNANDES, 2008).

Em relação às mulheres, nesta época há a conquista do salário maternidade para as mulheres agricultoras e, principalmente, o reconhecimento delas como produtoras rurais e a profissão destas. Um dos principais fatores para a contribuição do Estado na garantia desses direitos foi a realização de acordos internacionais, como a IV Conferência da Mulher no ano de 1995, realizada em Pequim, que exerceu pressão para que o governo brasileiro adotasse medidas de aumentar os direitos da mulher, intensificando a equidade de gêneros (FERNANDES, 2008).

Desde sua criação, o Pronaf passou por diversas modificações objetivando contemplar um maior número de trabalhadores rurais. Com o objetivo de sistematizar o Pronaf, Fernandes (2008) apresenta as modalidades existentes e suas definições:

O Pronaf está dividido em três modalidades: investimento, custeio e infraestrutura. O crédito de custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, enquanto o crédito de investimento destina-se às benfeitorias da propriedade. Essas duas modalidades podem ser acessadas de modo individual, coletivo ou grupal, obedecendo ao enquadramento da propriedade nos grupos [...]. (FERNANDES, 2008, p.14)

Em relação às linhas existentes, no plano-safra de 2003/2004 haviam 6 linhas diferentes para categorizar os diferentes públicos. Elas se diferenciam pelo público e pelo limite de financiamento:

---

<sup>6</sup> Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. Os programas estão inclusos nas políticas públicas e se diferenciam por terem objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica.

Grupo A: Agricultores assentados da Reforma Agrária. Limite de R\$2.500,00 para custeio da produção e R\$13,500,00 para investimento.

Grupo B: Agricultores familiares e remanescentes de quilombos; trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Limite de R\$1.000,00.

Grupo C: Agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$2.000,00 a R\$14.000,00. Limite de R\$2.500,00 para custeio e R\$ 5.000,00 para investimento.

Grupo A/C: Agricultores oriundos do processo de reforma agrária. Primeiro crédito de custeio no valor de R\$2.500,00.

Grupo D: Agricultores com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00. Limite de R\$ 6.000,00 para custeio e R\$18.000,00 para investimento.

Grupo E: Agricultores com renda bruta anual entre R\$40.000,00 a R\$60.000,00. Limite de R\$28.000,00 para custeio e de R\$36.000,00 para investimento.

Neste plano-safra são criadas as novas linhas de acesso ao Pronaf: PRONAF Alimentos; PRONAF Pesca; PRONAF Agroecologia; PRONAF Turismo Rural; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem Rural; PRONAF Semi-Árido e PRONAF Máquinas e equipamentos. Já no plano-safra 2009/2010 as linhas C, D, E são extintas e a linha Agricultura Familiar é inserida no lugar destas.

Brummer e Spanavello (2012) apresentam uma configuração do acesso ao Pronaf, baseadas no Censo Agropecuário de 2006. Analisando o cenário de acesso ao recurso, elas apontam que segundo o Censo consultado,

A grande maioria dos estabelecimentos pesquisados, sendo 82,1% da agricultura familiar (neste último caso, representando mais de 3,5 milhões de estabelecimentos), não obteve financiamento, especialmente porque “não precisaram” ou por “medo de contrair dívidas” (BRUMMER E SPANAVELLO, 2012, p.96)

As autoras explicam que dentro deste quadro, se diferenciam os agricultores familiares e não familiares pelas respostas à não utilização do crédito, já que o número de agricultores que responderam não precisar do crédito foi maior para os enquadrados como

não familiares ao mesmo tempo em que é maior o número de agricultores familiares que não acessaram o crédito por medo de ficarem inadimplentes. Diante deste cenário podemos supor que embora o Pronaf tenha como elemento norteador, a ampliação do acesso de agricultores familiares ao crédito, algumas burocracias fazem com que a concentração de recursos aos mais capitalizados ainda se perpetue, mesmo que esta diferença tenha sido diminuída.

É importante destacar que muitos dos gargalos existentes no Pronaf são resultantes de seu projeto inicial que incentivava a monocultura, pautada na modernização dos meios de produção e, desta forma, deixando o programa inacessível para os agricultores familiares, que até anteriormente à criação do programa, eram considerados como miniprodutores no Manual do Crédito Rural e desta forma deparavam-se com barreiras burocráticas específicas do sistema bancário e financeiro. (AQUINO e SCHNEIDER, 2010).

São inúmeros os problemas que dificultam a eficiência do Pronaf quanto à distribuição de crédito, muitos derivam das características dos agentes envolvidos. Tratando-se da lógica da instituição bancária podemos apontar o caráter de empreendedorismo que modela o financiamento disponível, que está predominantemente associado a projetos produtivos de monoculturas como milho e soja. São também apontadas outras problemáticas como excessiva demanda de documentos; exigência de garantias; atrasos na liberação dos recursos; recursos abaixo do limite; risco de inadimplência devido a intempéries que prejudicam a produção agrícola (BRUMMER E SPANAVELLO, 2012).

No caso das mulheres, a questão da assimetria de poder derivada da desigualdade de gênero se insere como um entrave a mais dentro dos contrapontos na operacionalização do Pronaf. Ainda que o Pronaf seja direcionado para participação familiar, o homem é encarado como elemento central, “este fato acaba excluindo as mulheres das esferas de discussão e interlocução com o Estado” (ZORZI, 2008, p.53). Levando em consideração que no caso das mulheres, o patriarcalismo adiciona ainda mais problemáticas, os entraves para o acesso ao Pronaf Mulher se expandem. Cientes destas dificuldades, as mulheres rurais se organizam politicamente e reivindicam junto ao Estado uma série de direitos que permitam o desenvolvimento da mulher no campo. Conforme já mencionado, uma das consequências das mobilizações realizadas pelas mulheres rurais será a criação da linha Pronaf Mulher.

Para analisarmos o Pronaf Mulher é necessário refletir sobre as características do projeto do programa. Conforme analisa Melo (2003), “o Pronaf enquanto política pública não foi pensado enquanto um projeto que poderia instrumentalizar a mulher agricultora para que ela pudesse resolver seus próprios problemas em relação à dominação masculina” (MELO, 2003, pag. 118). Isso significa que não houve a preocupação em se incorporar as questões de gênero no programa. Contudo, assim como outros programas e políticas públicas, conforme ocorre seu desenvolvimento, vão se modificando algumas características a fim de se alcançar um melhor desempenho ou uma melhor aplicabilidade na região que será executado.

Concomitantemente às mobilizações realizadas pelos trabalhadores rurais por melhores condições de permanência no campo, as mulheres se colocam em luta por pautas específicas. Como forma de atender parte da demanda das mulheres rurais, e aumentar a participação das mulheres no Pronaf, o Ministério do Desenvolvimento agrário emite uma portaria n. 121 de 22 de maio de 2001 que determina uma participação mínima de 30% de mulheres no programa. Por meio da Campanha de Crédito para a Igualdade das Trabalhadoras Rurais, no plano Safra 2004/2005, entra em vigor o Pronaf Mulher, sob os seguintes pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais. (HERNANDEZ, 2009). É importante deste contexto que se considere a ausência da mulher no crédito rural ao longo de toda sua história enquanto agricultora familiar.

Para o acesso ao Pronaf, tem-se a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Somente por meio da DAP, o agricultor consegue comprovar em qual categoria se insere e desta forma ter acesso, de forma individual ou coletiva, ao Pronaf. Já neste processo, as mulheres sofrem desvantagem. Se levarmos em consideração que para a obtenção da DAP é necessário um CPF, o entrave da falta de documentação das mulheres rurais se sobressai como uma questão a ser refletida no contexto do acesso ao Pronaf. Ainda que o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural tenha dado cidadania para muitas assentadas por meio da conquista de sua documentação, sabemos que ainda não é a totalidade das mulheres que possuem toda sua documentação.

No caso do Pronaf Mulher, a mesma unidade familiar pode contratar até dois financiamentos. O crédito disponibilizado é de até R\$ 50.000,00, com juros que variam de 1% a 2% a.a., de acordo com o valor de financiamento, que pode ser pago em até dez anos, incluindo os três primeiros de carência. As mulheres estão presentes de modo significativo no campo, ainda assim não representam com muita expressão o acesso ao crédito, principalmente no Pronaf Mulher. Em relação ao acesso no Pronaf, no estudo realizado por Melo (2003) no município de Afogados da Ingazeira/PE, as mulheres acessaram o Pronaf, mas com um índice baixo e na grande maioria o de limite de crédito mais baixo (R\$500,00), o “Pronaf B”. Ela avalia que essa participação ocorre porque há um desinteresse dos maridos em acessarem uma linha de crédito com limite tão baixo, devido a burocracia e pouca rentabilidade. Sendo assim,

“ A participação da mulher no crédito rural, por determinação do homem, reforça a idéia de que o poder de decisão é masculino, cuja influência é evidente no modo de organização social em que a autoridade está centrada, ou seja, a figura do patriarca na unidade doméstica prevalece...” (MELO, 2003, p. 129)

Em sua pesquisa realizada no Oeste de Potiguar, Alves (2007) aponta que a necessidade da mulher acessar o Pronaf Mulher para ter uma renda acaba por descortinar a principal problemática do Pronaf: a mulher assume a dívida com o marido, entretanto não recebe nenhum benefício, apenas o ônus. E então, diante desta realidade, sente necessidade de buscar outros meios para ter sua própria renda. Deste modo, conseguimos verificar a principal falha do Pronaf Mulher em diminuir as assimetrias de gênero. Trata-se de um programa voltado para a mão-de-obra familiar, mas não leva em conta as hierarquias presentes dentro do núcleo familiar.

O trabalho de Fernandes (2008) trata da exclusão das mulheres rurais pobres ao acesso aos meios institucionais e ao crédito Pronaf. A autora destaca que não houve esforços suficientes por parte do Estado para reparar a desqualificação do trabalho doméstico das mulheres que sempre esteve marginalizado na produção capitalista. Com a pressão de movimentos sociais e, em especial, das mulheres rurais, houve alguns avanços, mas que ainda precisam se intensificar para terem eficiência na promoção da equidade dos gêneros. Ela aponta em sua pesquisa que houve a constatação de uma desigualdade de acesso às políticas públicas entre homens e mulheres, o que gera uma “ assimetria de oportunidades e poder entre homens e mulheres” (FERNANDES, 2008, p.2).

Em seu estudo Fernandes (2008) entrevistou agricultores de dois municípios diferentes localizados no estado de Santa Catarina (Cerrito e Palmitos). Segundo suas observações empíricas, ela destacou que os quatro principais problemas de acesso ao Pronaf apontados pelos agricultores pesquisados são o excesso de burocracia, a falta de preparo dos técnicos, a demora dos resultados dos projetos e a falta de divulgação das datas de envio de documentos.

Desta forma ela elenca as dificuldades do acesso ao Pronaf, que embora tenha contribuído substancialmente para o acesso ao crédito por parte dos assentados, precisa ser aprimorado para contemplar seus beneficiários de forma mais eficiente. A autora menciona os problemas que ocorrem também no âmbito institucional quando há desencontro de informações entre agentes bancários e técnicos de extensão rural (FERNANDES, 2008, p.19).

Diferentemente deste estudo, no assentamento Monte Alegre as mulheres não têm tido acesso ao Pronaf Mulher, embora já tenha havido um “mutirão de projetos” elaborados pelo ITESP nos anos entre 2004 a 2007, mas que, conforme veremos adiante, resultou em um endividamento das famílias que obtiveram o crédito uma vez que os projetos foram realizados como resposta do órgão às pressões políticas da época e não foram elaborados de maneira conjunta.

#### **4.1 O PRONAF MULHER NO ESTADO DE SÃO PAULO – O DIFÍCIL ACESSO**

Conforme destacado no trabalho “Cirandas do Pronaf para Mulheres” publicado em 2005, o acesso a informações para elaborar, executar e avaliar políticas públicas é essencial. Contudo, embora já tenham se passado 11 anos da criação do Pronaf Mulher como uma linha específica de crédito, existem problemas relativos à divulgação e acesso aos dados que dificultam acompanhar a situação deste subprograma ao longo do tempo. Embora não seja o objetivo central deste estudo, é primordial que se destaque a dificuldade de obter dados que possibilitem a avaliação do acesso das mulheres a este crédito, principalmente se tratando de nível local. Houveram, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tentativas frustradas de comunicação oficial com a agência do Banco do Brasil em Araraquara responsável por avaliar e aprovar o financiamento do Pronaf Mulher. Além disso, os sites institucionais vinculados ao Pronaf não fornecem dados detalhados relacionados à escala estadual, tampouco municipal. Existem indicações de locais online para obter essas



informações, mas ao acessar os endereços nos deparamos com informações incompletas, confusas e quando não, inexistentes.

É o caso, por exemplo, do Portal Brasileiro de Dados Abertos ([dados.gov.br](http://dados.gov.br)) em que consta um link sobre indicadores do Pronaf, mas que, ao acessá-lo, direciona o usuário a uma página com informações desconfiguradas. Outro caso relevante é o da Matriz de Dados do Crédito Rural vinculada ao Banco Central do Brasil. Neste site é apresentada uma extensa variável de informações relacionadas ao crédito rural e apresenta como opção de consulta verificar alguns dados relacionados ao Pronaf a partir do ano de 2013, já que nos anos anteriores as informações estão sistematizadas no Anuário Estatístico de Crédito Rural. Entretanto, o layout para realizar esta consulta é confuso, com inúmeras variáveis e de difícil acesso. Ainda sobre os Anuários Estatísticos de Crédito Rural, salientamos que eles abrangem os anos de 1999 até 2013, todavia não fornecem a descrição das linhas do Pronaf nos dados que são apresentados. As estatísticas, neste caso, se convertem em barreiras que impedem o efetivo conhecimento da movimentação do Pronaf. Barreiras que, no caso das mulheres, aumentam invisibilidades. Uma teia de invisibilidades parece interminavelmente se sobrepor, impedindo uma leitura clara da dinâmica que, apesar, de se abrir teoricamente, às mulheres, se fecha na prática.

As pesquisas realizadas com a temática do Pronaf Mulher que já foram descritas neste trabalho abordaram exclusivamente as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul sendo que as informações sobre o acesso ao Pronaf Mulher foram acessadas ou por pesquisa empírica (no caso dos trabalhos realizados na região sul) ou no caso da região Nordeste, as informações foram coletadas pelo site do Banco do Nordeste – instituição responsável pela operacionalização do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. No site do Banco do Nordeste, as informações sobre as operações do Pronaf são facilmente encontradas, contudo assim como no Anuário Estatístico de Crédito, não fornecem informações segmentadas pelas linhas do programa.

Embora essas dificuldades descritas prejudiquem uma avaliação mais detalhada acerca do Pronaf Mulher no município de Araraquara, é possível por meio de dados presentes no trabalho de Lourenço de Lima et. al. (2013)<sup>7</sup>, e na Matriz de Dados do Crédito

---

<sup>7</sup> LOURENÇO DE LIMA, E. et al. Crédito rural: uma análise da atuação e características do Pronaf mulher. Econômico. v. 16, n. 32, p. 22, 2014.

Rural, tecer algumas considerações sobre o Pronaf Mulher em uma escala nacional e federal em um período que compreende os anos de 2004 a 2010 e 2013 a 2016.

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 47% do total da população rural, sendo que a maior concentração está na região Nordeste. O estado de São Paulo por sua vez, possui uma configuração extremamente urbanizada, sendo que a população rural representa menos de 4% da população total e igualmente ao cenário nacional as mulheres representam quase metade desta população. Segundo os dados retirados do trabalho de Lourenço de Lima et. al. (2014) existe uma concentração de acesso ao crédito por parte das regiões Nordeste e Sul, em que a região Nordeste concentra 61% das operações. A concentração do valor financeiro aplicado no Pronaf Mulher neste período também se concentra nestas duas regiões. Já o estado de São Paulo teve baixo acesso a esta modalidade de crédito, juntamente com a maior parte dos estados da região Norte e Sudeste, conforme podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 1 – QUANTIDADE DE CONTRATOS FIRMADOS PELO PRONAF MULHER POR ESTADO

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
AC	3	0	11	12	32	64	18	140
AL	10	243	211	111	69	42	37	723
AP	0	0	4	0	0	0	0	4
AM	0	0	0	72	1	7	13	93
BA	146	610	727	454	117	97	111	2.262
CE	167	722	1.817	1.594	1.038	616	541	6.495
DF	0	0	0	1	0	0	0	1
ES	5	375	242	280	158	49	81	1.190
GO	241	177	247	161	175	127	77	1.205
MA	74	331	307	345	32	57	72	1.218
MT	64	58	105	61	9	9	13	319
MS	258	226	66	56	2	13	12	633
MG	54	458	735	456	287	323	178	2.491
PA	38	14	281	1.019	323	141	247	2.063
PB	8	602	983	427	240	195	144	2.599
PR	128	232	134	115	40	57	35	741
PE	69	447	1.189	1.286	557	117	327	3.992
PI	17	1.012	895	349	28	40	70	2.411
RJ	0	0	1	9	15	10	6	41
RN	215	1.281	1.161	403	84	59	91	3.294
RS	841	1.346	921	708	317	145	195	4.473
RO	28	55	7	67	4	13	14	188
RR	0	0	1	0	0	0	0	1
SC	39	100	126	138	32	41	35	511
SP	138	135	224	111	30	15	26	679
SE	39	393	459	337	221	129	115	1.693
TO	40	68	201	171	75	98	57	710

Fonte: LOURENÇO DE LIMA, E; ET. AL., 2013  
Adaptado pela autora

Como podemos observar, o estado de São Paulo teve pouquíssima quantidade de contratos firmados, e esta quantidade diminui com o passar dos anos. O aumento de contratos no ano de 2006 pode sugerir uma demanda política, já que se finda neste ano o primeiro mandato do então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva/PT. Podemos supor que este aumento se explica como estratégia política não só por parte do partido como dos próprios movimentos sociais, já que a continuidade do financiamento era incerta com a possibilidade de mudança de gestão. Esta suposição se embasa em uma das falas coletadas na entrevista do técnico do Itesp em Araraquara, que será exposta na seção

posterior. Em seu depoimento ele afirma que houve uma pressão política em 2006 para que fossem elaborados projetos para o Pronaf Mulher. Ainda sobre a fala do técnico é importante destacar que os dados apresentados na tabela acima também podem sugerir que os projetos elaborados para as assentadas do Monte Alegre não foram aprovados pelo banco, já que segundo o técnico foram elaborados cerca de 300 projetos e como podemos observar na tabela o número de contratos firmados nesse ano, em todo o estado de São Paulo se limitou a 224. Exemplo vivo de que há muitas nebulosidades neste processo.

Já nos anos seguintes o cenário e a distribuição desigual de contratos do Pronaf Mulher permaneceram. Ainda persiste uma concentração de contratos na região Nordeste e um número ínfimo de contratos firmados no estado de São Paulo, conforme observado na tabela abaixo:

**TABELA 2 – QUANTIDADE DE CONTRATOS PRONAF MULHER POR REGIÕES ENTRE JANEIRO DE 2013 A FEVEREIRO DE 2017**

<b>REGIÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>SUDESTE</b>	1036
ES	570
MG	459
<b>SP</b>	<b>7</b>
<b>NORDESTE</b>	3.847
SUL	486
NORTE	851
CENTRO-OESTE	48
<b>TOTAL</b>	<b>6.268</b>

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2016  
Elaborado pela autora

De acordo com os dados disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural, dos 947 contratos firmados na região sudeste entre 2013 e 2017, apenas 7 foram no estado de São Paulo. Destes cinco, três foram para projetos relacionados à atividade agrícola e dois para a pecuária. Todos os cinco contratos foram para o financiamento de atividades consideradas investimento. As cidades onde foram pleiteados estes contratos compreendem Promissão (4), Potirendaba (1), Caconde (1) e Sarutaiá (1). A concentração de contratos na região Nordeste se repete, entretanto, a Bahia é o estado com maior número de contratos, diferente do período anterior em que o Ceará concentrava a maior parte dos contratos da região.

Uma das possibilidades do maior número de acesso de Pronaf Mulher na região Nordeste é a de que este cenário ocorre pela situação de inadimplência dos maridos.

Usando dos trabalhos de Araújo et. al. (2000) e Duque e Costa (2002), Aquino e Schneider (2015) explicam que essa inadimplência dos homens no Pronaf ocorre pelo fato de que

[...] o programa continua a estimular a prática de atividades agropecuárias vulneráveis às secas que assolam periodicamente a região, sem nenhum esforço paralelo no sentido de disseminar novas tecnologias de convivência com as condições do semiárido. Esta situação eleva o risco de atividades financiadas fracassarem e diminui o efeito gerador de renda dos recursos outorgados, levando um bom número de produtores a se defrontar com dívidas crescentes e até impagáveis (AQUINO E SCHNEIDER, 2015, p.71)

Os autores destacam que um dos problemas existentes na operacionalização do Pronaf se dá pela visão histórica da política agrícola voltada para a modernização adotada no início dos anos de 1970, que os agentes mediadores do Pronaf ainda mantêm. Essa mentalidade da especialização agrícola constituída principalmente pelas atividades agropecuárias pode também ser um entrave a mais no acesso de mulheres ao Pronaf Mulher uma vez que essa linha de crédito propõe também atividades não ligadas diretamente ao trabalho agrícola.

O baixo acesso das mulheres no estado de São Paulo ao Pronaf Mulher não significa, entretanto, que estas estão excluídas do acesso ao crédito rural. Conforme destaca Melo (2006) e a fala de um funcionário do Banco do Brasil entrevistado neste trabalho, as mulheres acessam mais expressivamente o Pronaf B. Esta modalidade de crédito é mais conhecida por ser mais antiga, e sua preferência ocorre principalmente por não exigir uma série de exigências impostas em outras modalidades, sobretudo por ser um empréstimo de baixo valor (MELO, 2006). Este acesso ao Pronaf B se configura como mais uma estratégia das mulheres para se inserirem nas políticas públicas, quando estas não são devidamente formuladas para contemplar a complexidade da existência das mulheres no espaço rural. Conforme a tabela abaixo demonstra, diferentemente do baixo acesso ao Pronaf Mulher, no caso dos dados relativos ao Pronaf que contempla outras modalidades, a presença das mulheres é bem maior, ainda que seja bem menos expressiva que a dos homens:

TABELA 3 - QUANTIDADE DE PRONAF MICROCRÉDITO (GRUPO 'B') POR REGIÃO, UF E GÊNERO\* ENTRE JANEIRO DE 2013 A FEVEREIRO DE 2017.

REGIÃO	MULHER	HOMEM
NORDESTE	565.334	593.523
SUDESTE	60.032	64.253
MG	60.005	64.163
RJ	10	68
ES	15	13
SP	2	9
NORTE	1.076	2.690
SUL	96	195
CENTRO- OESTE	20	20
<b>TOTAL</b>	<b>1.287.246</b>	

(\*) Refere-se ao sexo do emitente pessoa física da operação

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2017

Elaborado pela autora

Conforme destacado na literatura disponível sobre Pronaf Mulher, podemos observar que ainda que em São Paulo o cenário de baixo acesso ao crédito das mulheres tenha se mantido semelhante, em uma escala regional, as mulheres acessaram muito mais o Pronaf Microcrédito do que o Pronaf Mulher, o que pode ser um indicador de que de fato, o “Pronaf B” é mais conhecido e mais facilmente acessado pelas mulheres. A região Nordeste continua capitalizando o maior número de contratos do Pronaf, fato que pode ser explicado também pela própria concentração de agricultores familiares nesta região, segundo o Censo Agropecuário de 2006. A mesma situação se aplica quando analisamos a distribuição de acesso no Pronaf Investimento, conforme revela a tabela 4:

TABELA 4 - QUANTIDADE DE PRONAF INVESTIMENTO POR REGIÃO, UF E GÊNERO\* ENTRE JANEIRO DE 2013 A FEVEREIRO DE 2017.

REGIÃO	MULHER	HOMEM
NORDESTE	1.505.935	2.088.422
SUDESTE	245.627	841.823
MG	200.767	594.394
RJ	2.830	21.166
ES	20.600	119.106
SP	21.430	107.147
NORTE	82.595	254.840
SUL	247.926	247.926
CENTRO - OESTE	41.546	186.159

(\*) Refere-se ao sexo do emitente pessoa física da operação

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2017

Elaborado pela autora

Conforme revela a tabela o número de mulheres da agricultura familiar que acessam o Pronaf Investimento é maior do que nos outros dois programas. Isso pode ser explicado pelo fato de que o Pronaf Investimento contempla uma parcela da agricultura familiar melhor capitalizada, e que sendo assim, não pode ser usada no contexto dos assentamentos rurais. Ainda assim, aponta para o pouco conhecimento que as agricultoras têm do Pronaf Mulher

TABELA 5 - QUANTIDADE E VALOR DOS CONTRATOS DE PRONAF CUSTEIO NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP ENTRE JANEIRO 2013 A FEVEREIRO 2017

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
"MILHO"	88	917.106,33
"CANA-DE-AÇUCAR"	18	272.325,71
"SOJA"	27	264.031,52
"MANDIOCA (AIPIM, MACAXEIRA)"	13	125.194,83
OCULTO(*)	3	109.979,67
"TOMATE"	4	85.904,42
"ALFACE"	12	72.284,23
OCULTO(*)	2	69.529,18
"PIMENTÃO"	7	40.698,47
OCULTO(*)	3	39.419,73
OCULTO(*)	2	25.821,18
OCULTO(*)	2	15.661,79
OCULTO(*)	1	4.959,55
OCULTO(*)	2	3.883,98
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>2.046.800,59</b>

\* Para garantir o sigilo bancário, os produtos com menos de 3 contratos não são discriminados

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural, 2017

Elaborado pela autora

No município de Araraquara, de acordo com a tabela 5, embora não tenha sido firmado nenhum contrato do Pronaf Mulher, no período entre 2013 a 2017 houveram 7 contratos de Pronaf que totalizaram o valor de R\$1.952.200, 73, segundo os dados da Matriz de Dados do Crédito Rural. Não foi possível verificar quantos destes contratos foram realizados por mulheres, já que esse tipo de discriminação não consta nas informações. No entanto estas informações confirmam o caráter monocultista presente no Pronaf, pelo menos neste município, já que a maior parte dos financiamentos foram utilizados para o cultivo de produtos inseridos na lógica comercial do setor exportador,

sendo bem baixo o número de financiamentos usados para a produção de produtos específicos do cardápio da classe trabalhadora brasileira e dos agricultores familiares.



## **5 – O PRONAF MULHER NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE NA FALA DAS MULHERES ASSENTADAS E DOS AGENTES INSTITUCIONAIS.**

Diante de toda esta dificuldade em obter dados oficiais que pudessem revelar a situação das mulheres rurais em Araraquara diante o Pronaf Mulher, optamos por realizar entrevistas com algumas mulheres do assentamento Monte Alegre e com os agentes mediadores envolvidos. Neste caso, o objetivo não é mensurar a participação das mulheres do Monte Alegre no Pronaf Mulher, mas sim caracterizar a participação destas nas políticas públicas, incluindo a de crédito, como estratégia para obterem renda. O que já estávamos cientes, em período anterior à realização das entrevistas, é que muitas mulheres desconheciam o Pronaf Mulher, mas almejavam se inserir em algum grupo ou organização que visasse renda para as mulheres.

Em visitas a campo realizadas na etapa da edição do projeto de pesquisa podemos conhecer algumas mulheres do núcleo II, IV e VI do Monte Alegre. Estas visitas estavam sendo realizadas com o intuito de efetivar um projeto que visava fornecer meios para as mulheres obterem renda através do processo de secagem e venda de ervas medicinais. Foi comum que as mulheres interessadas em participar do projeto desconhecessem o Pronaf Mulher e demonstrassem interesse quando detalhávamos o programa.

Procurando aprofundar o conhecimento sobre a inserção das mulheres do Monte Alegre nos espaços políticos e a relação destas com o Pronaf Mulher, elaboramos um roteiro para uma semiestruturada a ser realizada com as mulheres que residem no assentamento Monte Alegre e que se destacam por sua participação na esfera pública ou por sua posição de pioneirismo dentro do assentamento. Os temas presentes no roteiro (apêndice) da entrevista foram editados a princípio para serem pontuados na reunião configurada como grupo focal que estávamos articulando com as assentadas. Entretanto, por excesso de atividades das mulheres e desencontros em relação a horários, optamos por realizar a entrevista de forma individual a priori, para depois, munidos de informações mais gerais, darmos continuidade na metodologia de grupo focal, entretanto por motivos adversos não foi possível realizar esta metodologia. O roteiro abordou temas como representatividade; relações com outras mulheres assentadas e da cidade; a relação com os técnicos e com o banco; trabalho e renda; entre outros temas transversais

Nas visitas que pudemos acompanhar, dentre 5 mulheres que tivemos uma conversa informal, apenas uma, Dona Eva, disse já ter ouvido falar sobre o Pronaf Mulher. Dona Eva disse que teve acesso a esta informação em uma reunião exclusiva de mulheres

assentadas organizada pelo ITESP, mas frisou que o tudo que foi planejado nesta reunião “não deu em nada”. Corroborando com o que é debatido na literatura acerca das múltiplas jornadas de trabalho realizadas pelas mulheres, quando questionávamos o interesse em participar do projeto as assentadas expressavam a exaustão da proposta ser “mais trabalho”. Esta expressão de exaustão acompanhada da aceitação em participar do projeto demonstra a problemática da destinação de renda e da falta de projetos que assimilem as atividades atrativas para as mulheres. Partindo desta premissa, demos início as entrevistas com algumas mulheres do assentamento, procurando entender como se configura o (des)conhecimento delas com o Pronaf Mulher.

### **5.1 SIRLEI: A CRÍTICA AO DISCURSO DO TRABALHO FAMILIAR HOMOGENEO**

Durante as visitas a campo nos aproximamos da assentada Sirlei, que atualmente é membro e ex tesoureira da COPAM que tem sede no núcleo IV do assentamento Monte Alegre. É neste núcleo também que reside Sirlei. Assim como dona Eva, Sirlei nos informou que conhecia o Pronaf Mulher, entretanto fez questão de frisar em sua fala que conhecia somente pelo nome, não tendo informação mais aprofundada. Este fato nos chamou atenção pelo fato dela estar envolvida, já há algum tempo, com os espaços políticos e organizativos como associações e cooperativas. É comum que mulheres que desempenham algum papel de liderança tenham informações mais sistematizadas sobre programas e ações do governo, já que têm maior contato com os agentes institucionais.

Em entrevista não estruturada, realizada na sede da COPAM, a assentada nos relatou sua trajetória até a chegada no Monte Alegre. Assim como a maior parte dos trabalhadores que se instalaram no Monte Alegre, o pai de Sirlei também fazia parte do movimento grevista dos bóias-frias. Ela explicou que após ficar um ano acampado, o pai conseguiu ser legalizado no lote e desde então a família mora no assentamento. Em relação ao trabalho, Sirlei mencionou sua rotina na infância e foi possível verificar os diferentes trabalhos produtivo e doméstico que compunham sua jornada diária. Ela afirmou que quando criança ajudava seu pai na roça e quando não ia trabalhar ficava responsável em ajudar a mãe a fazer comida e levar a refeição para o pai.

Sirlei é casada e tem dois filhos, sendo que seu marido trabalha fora e os dois filhos são menores de doze anos. Ela nos contou que o marido ajuda a cuidar da produção

agrícola, mas que a responsabilidade maior é dela e da mãe, já que o pai faleceu. Ela relatou que quando casou ficou oito anos longe do assentamento, mas que sempre esteve envolvida nos espaços políticos. De uma forma geral, a agricultora conseguiu se apropriar dos espaços públicos que afetavam sua vida como uma associação de produtores que reunia os sítiantes vizinhos de onde morava antes de voltar para o assentamento, sendo que esta participação ativa, teve nesse caso, o apoio do marido.

Ela nos informou que, devido ao falecimento do pai, é a mãe responsável pelo lote. Quando questionamos o acesso ao Pronaf, ela nos contou que a mãe acessa todo ano o crédito, mas que não se trata da linha Pronaf Mulher. Sirlei nos informou que ficou sabendo da existência da linha direcionada às mulheres em uma visita que realizou em um escritório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em São Paulo, há três anos atrás. Ela afirmou que não conhece nenhuma mulher no assentamento que tenha acessado a linha Pronaf Mulher.

Tratando-se dos agentes de assistência técnica, ela afirmou que os técnicos do Itesp nunca dispuseram algum material informativo sobre a existência do Pronaf Mulher na sede da COPAM. Ela apontou que os técnicos fazem uma reunião uma vez por ano e quem perde a reunião fica sem as informações.

Quando questionada se haveria um interesse de outras mulheres pelo acesso ao Pronaf Mulher, no sentido de contribuir com o desenvolvimento de alguma atividade específica para essas mulheres, Sirlei comentou sobre a dificuldade de uma renda específica para as mulheres:

[...] hoje eu vejo, no meu trabalho aqui dentro, que são poucas mulheres. Quando fazemos um trabalho aqui, é uma ou duas que veem. Não tem trabalho para a mulher, não tem trabalho voltado para a mulher. [...] então eu penso dessa forma, os trabalhos feitos com mulheres tendem a dar mais certo e são mais organizados porque tem mais foco, as mulheres se dedicam mais no que estão fazendo. Não tenho preconceito contra homem, de jeito nenhum, mas é a realidade que a gente vê aqui. As mulheres não têm renda aqui, a não ser quando trabalha com o esposo, se ela não trabalha com o esposo, está trabalhando para fora. As mulheres não têm a renda específica delas. A não ser quando elas se juntam, que são poucas, porque só tem a padaria. E tem quem trabalha para fora como doméstica. Olha o tanto de terra que tem, vai trabalhar de faxineira para os outros? (Sirlei, assentada do Monte Alegre)

Esta fala da assentada revela algumas realidades que se escondem sob o discurso do trabalho familiar homogêneo, como apresentaremos posteriormente em uma entrevista realizada com um técnico do Itesp. Embora a mão de obra empregada na produção do lote

seja familiar, a destinação da renda não fica sob responsabilidade conjunta. Os projetos são elaborados sob a perspectiva de uma agricultura familiar que na prática se faz com muito mais problemas do que idealizam os órgãos institucionais. Na verdade, o cenário que se coloca é que o trabalho de fato é familiar, mas o retorno, em forma de renda, é apropriado majoritariamente pelo marido. A posição do Itesp em não dar visibilidade para as singularidades dentro do núcleo familiar dificulta a identificação e elaboração de medidas para superar as divergências de poder que ocorrem na família. A partir disto surge a demanda das mulheres por uma renda extra, específica. Embora existam casos motivados por outros fatores, a busca do assalariamento fora do lote pode ser a consequência, como nesse caso e em alguns outros citados durante as demais entrevistas, da necessidade de uma autonomia financeira.

Por fim, se tratando de organização política, Sirlei mencionou alguns encontros de mulheres em que foi. Ela disse ter ido duas vezes em um encontro de mulheres na região do Pontal do Paranapanema, que foram os encontros da Omaquesp. Ela, assim como Dona Eva, relatou que gostava muito dos encontros. Ela apontou que esses encontros eram importantes pois era um espaço de conhecimento, troca de experiências e sobretudo de incentivo para os objetivos das mulheres.

## **5.2 DONA REGINA: O RESGATE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Dona Regina é uma mulher negra que reside há 20 anos no núcleo VI do assentamento Monte Alegre. Ela já foi casada, sendo que desta relação teve dois filhos, e há 7 anos é separada. Antes de ir para o assentamento ela morava na cidade de Sertãozinho/SP, próximo a Araraquara. Ela entrou para o processo de obtenção de terra no assentamento quando seu segundo filho ainda era pequeno. Ela declarou com frequência durante a entrevista que ama mexer com a terra, mas que quando foi para o assentamento não se imaginava tendo este tipo de ocupação. Atualmente ela integra uma associação de mulheres que gerenciam uma padaria no assentamento chamada AMA (Associação de Mulheres Assentadas)<sup>8</sup>

Buscando compreender sua relação com outras mulheres indagamos sobre sua relação com as mulheres da cidade. Ela conta que tem bastante amizade com mulheres da

---

<sup>8</sup> DUVAL, H.C. Bens Materiais e Simbólicos: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

cidade, mas que no início do assentamento passou por muito preconceito por ser do campo. Ela afirmou que para ela essa é uma das diferenças entre os problemas enfrentados pelas mulheres do campo e pelas mulheres da cidade. Ainda sobre o preconceito sofrido ela lembrou um episódio em que, em uma reunião que tratava do orçamento participativo<sup>9</sup> na prefeitura, as mulheres do assentamento foram chamadas de pé rachado por uma outra mulher que fazia artesanato na cidade. Ela conta que houve uma discussão por conta disso e se indigna pelo fato dela ser mulher e não ser diferente das mulheres assentadas.

A (in)visibilidade do trabalho feminino foi um tema muito presente na fala de Dona Regina. Como já debatido anteriormente, a excessiva jornada de trabalho é comum no cotidiano das mulheres, e fica para as mulheres naturalizado o papel de cuidadora. A assentada contou que desde criança por conta do falecimento do pai ficou responsável em fazer os serviços domésticos na casa, além de trabalhar fora em outros tipos de serviço. A invisibilidade do trabalho mencionada nas bibliografias, em que as atividades realizadas pela mulher são vistas como ajuda também se expressa nas falas. Quando questionada sobre a divisão das tarefas no lote, a entrevistada respondeu que o marido cuidava de praticamente tudo e ela ia ajudando, embora na descrição das atividades tenha ficado claro que a sua participação era fundamental. No caso de Dona Regina, a jornada de trabalho foi por 14 anos mais exaustiva por conta do adoecimento de sua mãe. Neste caso, além de todas as esferas já conhecidas de trabalho relacionadas tradicionalmente à mulher, era dela a responsabilidade em cuidar da mãe que sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e ficou acamada. A situação piorou quando o marido foi trabalhar fora do lote:

Ele cuidava do gado, de praticamente de tudo. E eu ajudando. Entende? Parceria. Eu prendia o gado a tarde. Cada uma fazia um pouco. Por exemplo, ele estava ocupado com uma coisa e eu fazia outra. Mesmo com minha mãe, porque aí ela ficava tranquila dentro de casa e eu fazia minhas coisas, ajudava. Teve uma época que ele foi trabalhar fora, aí quem ficou foi eu. Sofri muito. Nessa época os meninos eram pequenos e eu tinha que cuidar da minha mãe. (Dona Regina, assentamento Monte Alegre, 2016)

Esta configuração relatada por Dona Regina em que a mulher fica no lote e o marido vai trabalhar fora do lote é incomum, mas não rara. Existem alguns casos em que é o homem quem vai ser assalariado fora do lote, ficando para a mulher a responsabilidade de todo o trabalho agrícola e doméstico. Embora por um lado esta situação possa ser uma

---

<sup>9</sup> DUVAL, H.C; FERRANTE, V.L.S.B. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, pg. 391-4417, 2009

possibilidade de apropriação de renda por parte da mulher, ela se faz na prática apenas como mais uma jornada de trabalho adquirida. Se adicionarmos a especificidade da maternidade, como é no caso da Dona Regina, a rotina de cuidado dos filhos fica sobrecarregada e exclusiva da mulher, o que poderia ser diferente caso o homem permanecesse no lote.

Outro aspecto presente nas falas de Dona Regina, muito relevante em relação ao trabalho, é a falta de atividades que sejam mais atrativas para as mulheres. Ela relatou que conhece muitas mulheres, inclusive mulheres jovens da família, que querem trabalhar, mas não enxergam um potencial no assentamento. Ela acredita que seria positivo se houvesse projetos semelhantes ao da padaria. Questionada se as mulheres que trabalham fora do lote assim o fazem porque o marido não autoriza que elas gerenciem a renda, ela respondeu que:

Não, é que não tem campo de trabalho aqui. Mesmo se você...por exemplo, eu arrumo um servicinho, mas é coisa assim, uma semana para ajudar na horta. Você não arruma uma coisa assim...a mãe dela (sobrinha) trabalha na cidade, ela fica em casa e então o que ela faz? Faz bolo e vende. Tem umas que sim (ajudam o marido no lote), mas a maioria são meninas que cresceram que hoje tem uns 20 anos. Ela falou que vai voltar a estudar, que estava noiva, largou e vai prestar o Enem para ver o que consegue fazer. Ela é doida para trabalhar, porque a mãe dela só trabalha na cidade, é filha da minha irmã. (Dona Regina, Assentamento Monte Alegre, 2016)

Esta fala reforça uma das principais questões que centralizam o debate sobre trabalho e renda das mulheres nos assentamentos. É perceptível que as mulheres não visualizam as atividades que exercem dentro do lote como trabalho, sendo que por isso almejam por muitas vezes, conseguir uma atividade remunerada fora do lote. O Pronaf Mulher seria extremamente justificado e relevante nestes casos, associado sobretudo a um projeto que contemplasse as necessidades das mulheres e que fosse sobretudo desvinculado das atividades exercidas pelos homens, já que as mulheres não se sentem integradas a essas atividades, mesmo com a perspectiva do trabalho familiar nesses espaços.

Quando abordamos a questão da renda com Dona Regina, as expressões do machismo foram ficando mais delineadas. Ela afirmou que assim como em outros lugares, existem muitos casos no assentamento, em que o cartão da DAP fica na responsabilidade do marido e, deste modo, a mulher não tem controle sobre a renda da família e que é por isso também que muitas mulheres vão trabalhar para fora do lote. Ela relatou que no caso dela não se fez assim e que a decisão da aplicação da renda era feita conjuntamente. Ela relatou também que já presenciou inclusive episódios de violência doméstica na estrada do

lote e que segundo ela, “a perua da saúde passou e não fez nada”. Ela relatou que quando questiona as mulheres vítimas de violência doméstica que conhece, sobre a possibilidade de mudar a situação, elas colocam como principal entrave a falta de trabalho:

Porque tem mulher que acha que se não tiver o homem do lado ela não vai viver: - Eu não consigo, não sei o que vou fazer, eu não trabalho como vou viver? Eu já escutei isso. Tem umas que preferem arriscar a vida, até morrer do que pegar, arrumar um serviço, trabalhar, abandonar o cara, mas não, vai e volta (Dona Regina, Assentamento Monte Alegre, 2016).

A violência financeira a qual muitas mulheres, não só do campo como da cidade, são submetidas é enquadrada dentro da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A lei classifica os possíveis abusos sofridos pelas mulheres em violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica. Embora estes diversos tipos de violência sejam sofridos também pela mulher urbana, no campo, as estruturas espaciais e de sociabilidade dificultam ainda mais uma solução para as mulheres. Além desses aspectos se insere a dificuldade em abordar estes assuntos por parte dos técnicos. Dificuldade que se modela pelo próprio machismo inerente à sociedade como um todo e, portanto, se faz presente no modo de pensar dos funcionários. Quando questionada sobre ações do Itesp que contribuíssem com a articulação política e social das mulheres Dona Regina foi enfática ao afirmar que considera a atual responsável pela assistência social pouco interessada nos assuntos relacionados às mulheres. Ainda sobre o assunto de violência doméstica sofrida por mulheres que conhece, fez questão de relatar uma em particular:

Então, essa que eu estou te falando que só eu que vou na casa dela, é assim. Ela vende as galinhas dela, as vezes eu vou lá comprar ovos. Eu não dou o dinheiro perto sabe, se eu der ele toma. Então eu disfarço, dou o dinheiro escondido, senão ela fica sem nada. Ela recebe meia aposentadoria porque teve um problema trabalhando na granja, enfiou a mão no ventilador da granja. Vai trabalhar meio período em uma horta. E é tudo assim, o dinheiro que ganha vai tudo para ele. Não pode depilar uma perna, não pode usar vestido, tem que ser calça jeans e camiseta larga. Nem pode se vestir como mulher, mas fazer o quê, a pessoa aceita né. Aceita essa situação. Porque se fosse assim um casal agora, mas não, é mais velho, faz 20 anos. A vida toda está vivendo com isso. (Dona Regina, Assentamento Monte Alegre, 2016).

Os encontros de mulheres fazem falta e foram presentes, segundo Dona Regina, quando um casal de técnicos do Itesp atendia o assentamento, em seu princípio. Posteriormente eles foram transferidos, e segundo ela, foi o momento em que as reuniões de mulheres findaram. Ela conta que as reuniões abordavam, sobretudo os direitos das

mulheres. Nesta época, a principal luta travada foi pela construção da escola. Era comum que nas reuniões temas que envolvem o bem-estar da família, como educação e saúde fossem debatidos. Ela lamenta que atualmente não tenha mais representantes dos núcleos, que tomem à frente de alguns debates e reivindicações. Um dos motivos para o desinteresse em se tornar representante é segundo ela a desconfiança dos outros moradores, que temem pela segurança financeira. Para além das reuniões com as mulheres do assentamento. Dona Regina mencionou os encontros de mulheres que ocorriam em outras cidades, sendo que a que mais tem lembrança são os que ocorreram no Pontal do Paranapanema. Ela associa o fim da organização para ir nessas reuniões também à pouca vontade da atual assistente social do Itesp.

Com relação ao machismo presente nas ações dos técnicos, ela descreveu uma situação muito marcante na sua vivência no assentamento, especificamente no período em que se divorciou. Nesta circunstância, o marido foi morar fora do assentamento e ela queria continuar vivendo no lote. Ela conta que mesmo sabendo disso, houve um técnico que a incentivou a vender o lote. Questionada do porquê ele a incentivava a vender, ela apontou que a única resposta que refletiu pensando sobre o caso era o machismo com que ele encarava a situação por ela ser mulher. O fato de haver mulheres como funcionárias do Itesp não faz muita diferença na visão de Dona Regina. Segundo ela, preocupar-se com as mulheres depende muito da intenção do técnico. Realizar alguma atividade ou projeto em uma perspectiva de trabalho para a mulher ocorre só se elas forem pedir ajuda.

Conforme já foi discutido em seção anterior a intensidade da participação das mulheres em espaços públicos institucionais está intimamente ligada ao grau de relevância que os assuntos debatidos ou os direitos reivindicados tem com a família. Embora a presença no orçamento participativo fuja um pouco desta lógica uma vez que a reivindicação era a construção de uma padaria, ainda assim, continua relacionada ao bem-estar da família, em se tratando da alimentação.

A participação nas políticas públicas é algo recorrente e demarca a trajetória de Dona Regina dentro do assentamento. A princípio ela participava, ainda na cidade, de uma comissão que atendia aos moradores do bairro onde ela morava. Ela contou que nesta época houveram alguns conflitos com o então marido, pois ele se incomodava com a constante presença de moradores que tentavam resolver seus problemas com ela. Já no assentamento, ela participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que era mediado pela cooperativa do assentamento. Sobre a sua participação no Orçamento Participativo



municipal, ela descreveu uma situação de conflito entre as mulheres assentadas e uma mulher artesã moradora da cidade. Na ocasião houve um conflito, pois as mulheres assentadas foram ofendidas como “pés rachados”, termo que deprecia a situação estética dos pés das mulheres em contato constante com a terra.

A participação em outros espaços também era frequente, entretanto se dava em meio a alguns conflitos quando era composta por homens que segundo ela “acham que você está passando por cima”. Além disso sua participação nestes espaços de reuniões era realizada somente com a negociação das tarefas dentro de casa. No caso de Dona Regina ela apontou que para conseguir ir nas reuniões, principalmente as que eram em outras cidades, a irmã ficava responsável pelos afazeres domésticos e cuidado dos filhos. Contudo, as reclamações do marido pela sua participação nunca foram motivo para que ela desistisse de ir.

A padaria AMA fundada em 2008, a qual Dona Regina faz parte, é a conquista mais relevante de uma participação em espaço público para ela. Além do espaço da sociabilização com as outras mulheres, ela se orgulha desse espaço ter sido resultado de uma iniciativa de reivindicações de direito por parte das mulheres. Além disso, quando relatou situações em que a mulher não tem trabalho, usou inúmeras vezes a padaria como exemplo para superação do problema. A participação no Orçamento Participativo pode ser analisada, portanto, como uma estratégia de obtenção de trabalho e renda, uma vez que o Pronaf Mulher não se concretizou como uma opção viável.

Outros caminhos de acesso a renda já se tornaram penosos visto que tanto ela quanto a maior parte das mulheres integrantes da padaria possuem inadimplência com o banco. Dona Regina contou que ficou em dívida com um banco devido a um projeto mal sucedido de obtenção de gado leiteiro. Mais uma vez nesse caso, os problemas relacionados ao funcionamento do Itesp vieram à tona. A falta de discussão na elaboração do projeto econômico incomoda Dona Regina, pois segundo ela o projeto já vem pronto:

É, porque o projeto é assim, é para isso e você não pode mudar. Eu sinto assim, que o projeto é para não dar certo, você entendeu? Você fica à mercê deles. Uma pessoa que consegue caminhar sozinho eles não dão muito bola, eles nem vão no seu sítio, parece que nem te conhece. Igual aqui no zé, esse homem sempre lutou sozinho, você não vê um técnico indo ali. Ele e a mulher. Pensa em uma mulher que trabalha Dona Regina, Assentamento Monte Alegre, 2016).

Ela conta ainda que na efetivação deste projeto os técnicos iam até o barracão do núcleo em que ela reside e quem chegava já ia assinando os documentos. Depois era esperar

o banco chamar para a assinatura. Sua situação com o banco é tranquila pois ela diz entender muito de operações financeiras já que na maior parte do tempo que mora no assentamento era a responsável em mediar estes assuntos. Neste projeto ela conta que muita gente ficou inadimplente. Segundo ela foi para o assentamento inteiro e muitas pessoas estão também sem crédito. Ela comenta que para ela os projetos são muito vagos e hoje em dia os técnicos realizam poucas reuniões sendo que se você não pode comparecer, fica sem nenhum tipo de informação.

Quando questionada sobre o Pronaf Mulher, a assentada respondeu que já ouviu falar sobre isso nas reuniões de mulheres em que participava antigamente, mas que não conhece ninguém que o projeto tenha saído do papel. É importante mencionar que tanto Dona Regina quanto outras mulheres que tivemos contato, têm dificuldade em relatar os nomes dos créditos a que tiveram acesso. Talvez por fatores que estejam relacionados ao tempo e à memória, mas esta falta de informação pode sugerir uma falta de acompanhamento com as atividades financeiras do assentamento, que ficam sob responsabilidade dos homens e/ou evidenciar a falta de participação na elaboração dos projetos produtivos, o que distancia a efetiva participação das mulheres na elaboração dos documentos e as torna passivas de um recurso que já vem estruturado. Neste caso a falta de informação consistente evidencia uma pouca apropriação das atividades desenvolvidas pelo Itesp para o lote. Ela descreveu que os primeiros Pronafs a que teve acesso conseguiu pagar em dia, mas este do projeto que apontava para a compra de gado leiteiro acabou se endividando, pois teve despesas com o problema de saúde de sua mãe.

### **5.3 DONA MARIA: TRAJETÓRIA MARCADA PELO ENFRENTAMENTO**

Assim como Dona Regina, Dona Maria também pertence à AMA e esteve presente em vários momentos significativos de luta do assentamento. Nas falas de Dona Maria foi possível perceber as diferentes possibilidades de participação política que as mulheres assentadas constroem em sua trajetória. Embora não tenha ido em muitos encontros formais de mulheres, a participação de Dona Maria em espaços de decisão política é recorrente. Ademais, suas experiências antes e depois da mudança para o assentamento é marcada por conflitos de gênero, que em determinados momentos se fizeram mais ou menos presentes.

A mudança para o assentamento foi bem marcante para a assentada. A decisão em mudar para o assentamento Monte Alegre foi feita pelo marido<sup>10</sup> na época e acatada por Dona Maria diante de muita pressão. Ela destacou que foi um processo muito sofrido e que se mudou a contragosto, já que residia no município de São Carlos e tinha um emprego que gostava, recebendo um bom salário. Quando se mudou para o assentamento, Dona Maria não tinha nenhuma familiaridade com o espaço e com as pessoas, já que era seu marido quem frequentava o assentamento para visitar um amigo. Este processo, ajudou para que na vida enquanto assentada, as negociações com o destino da renda com o marido fossem mais fáceis, já que segundo ela, ele era o responsável por seu abandono ao que ela considerava um bom emprego.

Ela pontuou que sente muito orgulho em ser mulher, principalmente pelos papéis que desempenha como mãe, avó e bisavó. Ela enfatizou seu orgulho pelo fato das mulheres estarem sempre reivindicando melhorias para aquilo que consideram importante e não desistirem dos seus objetivos. As estratégias de participação política nos chamaram muito atenção no relato de Dona Maria. Refletindo sobre a participação das mulheres em espaços de poder político relacionados com os cuidados e com a educação, podemos perceber pelas experiências por ela relatadas que este contexto também se faz presente nas mulheres do assentamento:

Essa escola, tem aí através de nós, que ficamos “batendo em cima” e conseguimos. E você sabe o que nós estamos tentando conseguir agora? E vocês vão ajudar (risos). Nossa reivindicação é o ensino médio aqui na escola, porque quando eles terminam o fundamental eles vão para Araraquara ou para Matão, e nós vamos “bater em cima” (Dona Maria, Assentamento Monte Alegre, 2016)

Sobre a diferença entre ser mulher assentada e ser mulher no espaço urbano ela apontou que no caso das mulheres da cidade, os serviços públicos como hospitais, creches, entre outros, são de mais fácil acesso, já que no assentamento se ela perde o ônibus que vai para a cidade tem que esperar até o outro dia. Apesar disso fez questão de afirmar que mesmo que mais difícil a vida no assentamento é mais gratificante.

Em relação à composição da família, ela informou que tem 8 filhos sendo que destes 3 são mulheres. Dona Maria já foi casada duas vezes, sendo que destas duas vezes os

---

<sup>10</sup> Dona Maria foi casada duas vezes. Ela contou um pouco emocionada que no primeiro casamento ficou viúva aos 19 anos e tivera que voltar para casa da mãe. Posteriormente, se casou com o marido que a levou para o assentamento. Ele faleceu por complicações de saúde há 7 anos. Atualmente vive com outro marido, o qual compartilham a titularidade. Os oito filhos são dos casamentos anteriores.

maridos faleceram. O primeiro casamento foi antes da mudança para o assentamento. O segundo foi no processo de mudança e agora ela está casada com outro homem. Esta história é importante para entendermos a sua situação e de seus filhos hoje. Com o falecimento do marido dentro do assentamento, ela ficou sendo única titular. Deste modo quando se casou novamente, teve que transferir seu lote para um dos filhos e ser titular do lote que já pertencia ao marido (já que em caso de casamento a titularidade é conjunta).

Houveram muitas brigas entre os irmãos por conta do lote, mas é importante frisar que as mulheres ficaram excluídas deste processo de “herança”, já que segundo relatou Dona Maria já estavam casadas e, portanto, compartilhariam do lote em que os maridos se estabelecessem. Neste lote que foi repassado por ela moram três filhos sendo que o titular mora com a esposa. Em contrapartida, apenas uma filha mora no assentamento, no lote de avó de seu marido, entretanto tanto ela quanto ele trabalham fora do assentamento.

A questão do trabalho é marcante na fala de Dona Maria que sempre coloca este elemento como algo que tem muito orgulho. Antes de ir para o assentamento ela trabalhava como doméstica na cidade de São Carlos. Ela contou que no começo da sua vida no assentamento as atividades dentro do lote eram divididas com o falecido marido e que ele ficava responsável pelo serviço mais pesado que consistia em fazer a cerca e outras atividades de infraestrutura. Com seu atual marido o trabalho também é dividido e por já ter tido uma experiência de morar sozinho, ele a ajuda com as atividades domésticas sempre que ela precisa, “só roupa que ele não lava”.

A desvalorização do trabalho doméstico, entretanto, se expressa na fala de Dona Maria quando pedimos para somar as horas que trabalhava:

Aqui (padaria) eu trabalho umas seis horas. Chego em casa e dou uma geral na casa. Hoje não preciso porque minha neta está lá. O dia que está sem ela, eu tiro o dia para fazer as coisas de manhã, levanto 5h30. Já ponho roupa na máquina e já começo, para quando chegar meio dia, eu me troco e já venho. Geralmente eu deito as 21h, 21h30. (Dona Maria, Assentamento Monte Alegre, 2016).

Apesar de conseguir quantificar as horas trabalhadas na padaria, ela não soube especificar quantas horas gasta com os serviços domésticos. Além disso, podemos perceber que embora ela comente sobre a ajuda do marido nas tarefas de casa, fica implícito na sua fala que de maneira geral essa responsabilidade é das mulheres. Ela admitiu que prefere trabalhar na padaria do que na plantação o que sugere uma maior familiaridade com as atividades da padaria, além da possibilidade de conviver com outras mulheres.

A destinação da renda foi o tema em que o machismo se expressou com mais solidez nos relatos de Dona Maria. Houveram muitos problemas com ela e seu falecido esposo por conta de um financiamento que eles acabaram adquirindo. Desde o começo da chegada ao assentamento ela e o marido entravam em conflito quando se tratava do destino da renda. O primeiro entrave veio com um dinheiro que eles conseguiram juntar com o que ganhavam da venda da produção. O então marido acabou construindo um poço do tipo cacimba, mas Dona Maria desejava a construção do poço artesiano. Este episódio gerou inúmeros conflitos entre os dois.

Outro episódio ainda mais conflituoso foi de um financiamento que Dona Maria não almejava. Este financiamento era no valor de R\$9.000,00 que seria usado para a aquisição de gado. Não aceitando ser contrariado, o marido na época a forçou assinar:

Nós chegamos a discutir até na frente da pessoa que estava fazendo o papel. Porque eu não queria pegar esse dinheiro, para que fazer dívida? E eu ainda tive que assinar. No final da história: meu marido chegou a me ameaçar para eu assinar. Ele chegou a falar que se ele não pegasse esse dinheiro eu morreria. Sofri muito na mão dele, muito, muito (Dona Maria, Assentamento Monte Alegre, 2016).

O financiamento acabou sendo feito diante das ameaças sofridas e por conta da seca que matou o gado, o casal acabou se endividando. Posteriormente, o marido ficou doente e faleceu, assim a dívida ficou sob responsabilidade de Dona Maria. Ela ainda está em situação de inadimplência, mas já realizou a negociação com o banco para poder quitar a dívida. Este relato é muito ilustrativo para avaliarmos os gargalos existentes no Pronaf e no Pronaf Mulher. Conforme já mencionado em seção anterior, é comum que tanto no Pronaf Mulher quanto no Pronaf a mulher acabe sendo usada como apenas uma intermediária para o acesso ao crédito por parte dos homens. Ainda que a assinatura conjunta tenha em sua essência a intenção de fomentar a discussão dos projetos produtivos entre homens e mulheres, na prática ele não é suficiente para a superação dos conflitos gerados pelo machismo.

Ainda sobre a questão do Pronaf, Dona Maria disse já ter acessado os primeiros Pronafs, mas não conseguiu descrever quais foram. Quando questionada sobre as políticas públicas específicas de gênero como o Fomento Apoio Mulher e o Pronaf Mulher, ela contou já ter ouvido falar dos técnicos do Itesp há um tempo atrás, mas comentou que foi uma conversa que “não deu em nada”. Sobre a relação com os técnicos ela afirmou que acha que atualmente se sente abandonada, já que eles não fazem mais visitas nas casas.

Tratando-se dos conflitos ocasionados por machismo, ela opinou que não faz diferença os técnicos serem homens ou mulheres desde que tenham vontade de fazer algo pelos assentados.

Com relação à participação política, a fala de Dona Maria foi bem significativa. A participação em espaços específicos de mulheres não foi muito destacada na fala da assentada, mas por outro lado, a inserção das mulheres em espaços em que há decisão política sobre assuntos relacionados com questões naturalizadas como de responsabilidade feminina ficou evidente. As estratégias de participação nas políticas públicas se constroem coletivamente entre as mulheres. No caso das mulheres ligadas ao AMA, muitas das reivindicações feitas por elas extrapolaram, inclusive, demandas específicas. Ficou evidente que elas se sentem mais confortáveis em irem para a disputa política quando o cenário é mais democrático.

Dentre as reivindicações, a mais atual é de a criação do ensino médio na escola do assentamento que atualmente só tem o ensino fundamental. A reunião das mulheres em associação e compartilhando o espaço da padaria possibilita que elas estejam frequentemente conversando sobre as necessidades do assentamento e encoraja uma organização política mais enfática:

Foi uma conversa aqui entre nós. Nós conversamos e pensamos: Por que não pedir aula a noite para essas crianças? Que nem as minhas netas que moram lá do outro lado do sítio, lá perto da cachoeira e tem que vir pegar o ônibus aqui. O ônibus não passa na porta, o ônibus de noite. Pode estar chovendo, temporal, vento pedra, se tiver, tem que descer aqui (padaria Ama) e descer a pé. Sabe que horas chega em casa? Uma hora da manhã. É muito difícil aqui. Já demos uma carta para o Edinho, entreguei na mão dele e “catei” também a Marcia Lia e falei para ela: - Olha Marcia, se vocês aqui não derem conta, a gente lota um micro-ônibus e vai para São Paulo. (Dona Maria, Assentamento Monte Alegre, 2016).

Além disso, foi relevante em uma de suas falas a menção de que a participação de mulheres em alguns espaços pode estar relacionada a um menor ou maior grau de incentivo por parte do poder local. Ela conta que na gestão anterior da prefeitura comandada pelo então prefeito Edinho Silva (PT) ela se sentia mais à vontade para entrar na prefeitura. Primeiro, porque não existiam as catracas que hoje existem para entrar no espaço e em segundo lugar porque ele estava aberto ao diálogo. Segundo a assentada o prefeito levava as políticas públicas para o assentamento e com a mudança da gestão o diálogo foi restringido.

#### **5.4 PERCEPÇÕES DE BUROCRACIAS E DE ESTRATÉGIAS: ENTREVISTA COM UM FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL**

Realizamos uma entrevista com um funcionário do Banco do Brasil, que atua no setor do Pronaf, com o objetivo de entender como se dão os processos de informação e os diferentes impasses que envolvem as mulheres assentadas e a instituição financeira responsável por conceder as linhas de crédito do Pronaf. Ainda que o funcionário não trabalhe na agência localizada no município de Araraquara/SP, foi possível obter informações que revelam quais estratégias as mulheres assentadas de outros municípios têm usado para conseguir obter crédito e principalmente ter alguma autonomia na decisão do investimento da renda.

De início questionamos se existe algum treinamento no Banco do Brasil com o objetivo de explicar aos funcionários as linhas do Pronaf existentes. Ele informou que existe um treinamento para explicar de forma mais geral o Pronaf, mas que as informações das demais linhas do Pronaf, os funcionários aprendem no dia a dia, conforme vão surgindo as demandas. Ele completa que os projetos para a obtenção de crédito já vêm direcionados pela instituição que emite a DAP. Sendo assim, as mulheres que vão até o banco, chegam com seu projeto - geralmente ligados à horticultura- já direcionado geralmente para o Pronaf A/F.

Diante deste relato podemos avaliar que o despreparo por parte dos agentes responsáveis pela mediação na obtenção do crédito existe e acaba por ser um entrave adicional quando as mulheres tentam ter acesso ao Pronaf Mulher. O “jogo de responsabilidades” entre instituição financeira e instituição de assistência técnica ficou claro durante as entrevistas realizadas. Existe também uma deficiência na capacitação dos agentes financeiros, já que muitos, conforme relatou o funcionário, desconhecem a existência da linha de crédito específica para as mulheres. Sobre o direcionamento a determinado Pronaf, realizado pela instituição que emite a Dap e sobre a falta de informação sobre a existência do Pronaf Mulher ele explicou que:

[...] e no banco, até o funcionário não sabe fazer. Não sabe fazer e não sabe que tem. Então, quando chega a pessoa ele já direciona [para o Pronaf Mais Alimentos] ou já vem direcionado de quem faz o projeto, porque não é uma linha [Pronaf Mulher] que é muito divulgada. Se você perguntar no assentamento elas não sabem o que é (Funcionário Banco do Brasil, 2016).

A prática deste direcionamento realizado pela instituição que emite a Dap, conforme mencionou o funcionário, ocorre no nosso universo empírico e descreveremos na seção posterior, em uma entrevista realizada com um funcionário do Itesp. Sobre a falta de informação nos órgãos institucionais, é possível refletir que este cenário expressa a pouca relevância que o Pronaf Mulher adquiriu nestes espaços, principalmente por ser uma linha facilmente substituída por outras existentes dentro do Pronaf como, por exemplo, o Pronaf Custeio.

Embora o Pronaf destinado ao custeio tenha objetivos e condições de pagamento diferentes do Pronaf para investimento, como no caso do Pronaf Mulher, acaba sendo a estratégia de muitos assentados e assentadas como forma de superar a burocracia de acesso ao crédito e principalmente como forma de ter mais autonomia na aplicação do crédito:

[...] por que que pega o custeio? Porque o custeio não tem um direcionamento. A pessoa fala que vai pegar para pimentão, por exemplo, mas ela não tem que apresentar dados para o banco e nem projeto técnico. Ela só fala que tem, vem descrito na DAP dela. Ela vai, tira uma análise do solo, que no caso do assentamento pode ser feito pelo Itesp. Leva esta análise para o banco, realiza um croqui - que é um mapa da propriedade - indicando onde vai ser a área financiada. Aquele crédito cai direto na conta dela. Então a pessoa pode usar o crédito para qualquer fim. Não tem que prestar contas, diferentemente do [Pronaf] investimento. (Funcionário do Banco do Brasil, 2016)

Sendo assim, o Pronaf Mulher não tem sido acessado pelas mulheres por falta de informação, mas também porque se insere em um contexto de burocracias que dificultam seu acesso. Conforme destacou o funcionário, apesar de ser um crédito específico para as mulheres, ele detém as mesmas taxas de juros, as mesmas condições de pagamento e principalmente, mais entraves burocráticos (em comparação com o Pronaf Custeio, por exemplo). Os agentes mediadores, que deveriam ser a principal ponte de acesso das mulheres para a obtenção deste crédito, se transformam em mais um dos gargalos existentes nesta política pública.

## **5.5 DIÁLOGO COM UM FUNCIONÁRIO DO ITESP.**

No processo de coleta de dados, realizamos uma entrevista com um funcionário do Itesp, responsável pela assistência produtiva nos lotes e que acompanha o assentamento Monte Alegre desde sua implementação. Esta entrevista foi extremamente relevante no sentido de obter informações sobre o período de criação do assentamento e sobretudo o



lugar das mulheres nesta trajetória de 30 anos de existência dos primeiros núcleos. Esta entrevista se fez como uma ferramenta de esclarecimentos, mas também de confronto de informações, já que muito do que foi relatado pelo funcionário vai na contramão das angústias descritas pela assentada, principalmente no que se refere à inexistência de uma renda específica para as mulheres.

Primeiramente, a informação da existência de um grande projeto, realizado em 2004 a partir de uma pressão política realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) feita pelo Itesp, nos foi descrita. O funcionário nos descreveu este episódio e ficou nítido em suas falas o descontentamento nesta ocasião:

[...] houve uma pressão política aqui no município, reuniu-se um número grande de mulheres e foram até Brasília e aí eles achavam que o Pronaf Mulher era uma dívida que ia fazer para a mulher e isso não ia ter uma consequência, um pagamento, esse tipo de coisa. E aí houve uma pressão muito grande, houveram várias reuniões que foram feitas no assentamento, desse partido político com as mulheres do assentamento e por sua vez os maridos e mulheres vieram para cima de nós. A gente explicou, mas eles quiseram mesmo assim que fosse feito o projeto e então foi feito. O que resultou em uma inadimplência enorme depois, quando começou a vencer. Porque eles já tinham crédito, já tinham financiamento, então foi mais um. Só que aí quando começou a vencer, o partido político, as pessoas, aí some. (Funcionário Itesp, 2016)

Esta pressão política ocorreu como forma de pressionar os agentes públicos para a realização do Pronaf Mulher. Embora tenham sido elaborados, o funcionário não pode afirmar que todos os projetos foram aprovados, já que segundo ele, o banco não transmite estas informações. Ocorre que neste episódio, conforme já foi mencionado, os projetos foram elaborados com o único propósito de atender à pressão política e, portanto, direcionavam a obtenção de crédito para a execução de atividades que geralmente são de maior responsabilidade masculina. A maior parte dos projetos, conforme descreveu o funcionário, foi destinado para obtenção de gado de corte, seguido de gado leiteiro e houve um projeto para perfuração de um poço artesiano. Este episódio reflete os entraves existentes em uma política pública que não leva em consideração as relações de gênero existentes.

Embora tenha uma nomenclatura que pressupõe o protagonismo feminino, o Pronaf Mulher pouco contribuiu para uma mudança significativa em relação à igualdade de acesso ao crédito. Este fato ocorre sobretudo pela pouca diferenciação em sua operacionalização, que em termos de pagamento e juros, conforme já mencionado, é semelhante com as

demais modalidades. Tratando-se da elaboração do projeto, o processo também é o mesmo, assim como foi feito na elaboração dos projetos de 2004 em que o funcionário relata que eles só mudaram a nomenclatura: “só escrevemos a palavra mulher”.

O funcionário também relatou que existe uma orientação por parte do Itesp de incentivar que os projetos para a obtenção do Pronaf sejam discutidos entre todos os membros da família, embora tenha ficado evidente em sua fala, que são os homens que vão até os técnicos em busca de um atendimento, ou seja, as mulheres ficam excluídas do conhecimento dos processos necessários para a obtenção do crédito. Sua opinião é questionada apenas quando o projeto já está elaborado. Sobre o machismo existente neste tipo de situação ele pontua que as famílias compostas por assentados mais idosos, tendem a ser mais machistas e no caso das famílias formadas por casais mais novos a participação da mulher, de forma mais ativa, é mais facilmente notada.

De forma geral, o que ficou claro na fala do funcionário é que para os técnicos não faz diferença direcionar um projeto para a modalidade do Pronaf Mulher já que ele se constitui de maneira semelhante às demais modalidades. Baseado na interpretação da família homogênea, o funcionário destacou várias vezes que não conseguia separar as atividades “sendo de homem” e “sendo de mulher”, mas ficou claro que quando o homem procura a assistência técnica é para o desenvolvimento de uma atividade que ele já tem certo domínio. Para as mulheres fica a possibilidade de apoiar e ajudar o marido ou então desenvolver atividades domésticas.

O machismo se fez presente em vários momentos da entrevista, enraizado em concepções naturalizadas, principalmente no que diz respeito à atribuição de lugares das mulheres:

Essa cultura [de não conversar] a gente percebe que é dos casais mais antigos. Quando entra um casal em torno de 40, 50 anos de idade, a gente percebe que isso muda, eles interagem mais. Eles vêm participar mais das reuniões, sempre vem os dois, você percebe que a mulher não está só cuidando do lar. *Às vezes até a casa fica meio abandonada, porque ela se envolve mesmo nas atividades.* (grifo nosso) (Funcionário do Itesp, 2016).

Nesta fala percebemos a relação que o funcionário faz com a mulher e as atividades domésticas, como cuidar da casa. No seu entendimento, a responsabilidade em cuidar do lar é exclusiva da mulher e o fato da mulher estar participando dos espaços públicos pressupõe que pode estar sendo negligente em suas funções domésticas.

De uma forma geral ele destacou que na sua opinião o grande problema relacionado ao acesso de mulheres ao crédito é a forma como os projetos são planejados de forma vertical. No caso em que os projetos são elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou pelo ITESP, as mulheres têm dificuldade de se inserirem e em permanecer nos grupos. No caso do Pronaf Mulher outro problema seria relacionado à destinação da renda. A mulher ajuda nas atividades, mas é excluída do processo de decisão do destino da renda. O funcionário afirmou que geralmente o cartão da conta onde o crédito é transferido fica na responsabilidade do homem, então acaba que a decisão sobre o destino desse dinheiro fica na responsabilidade dele. Ou seja, embora o Pronaf Mulher tenha sido pensado para as mulheres, sua operacionalização não leva em conta as assimetrias de poder existentes dentro da família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres do assentamento Monte Alegre estão em constante processo de organização política, esta organização varia de acordo com o contexto político local e de demandas que vão se tornando emergentes. Embora não tenham acessado o Pronaf Mulher as mulheres desenvolvem estratégias para se inserirem nas políticas públicas e conquistarem sua autonomia financeira, como no caso da conquista de equipamentos para uma cozinha por meio do Orçamento Participativo.

Embora seja específico para as mulheres, o Pronaf Mulher não está sendo acessado pelas trabalhadoras no assentamento pesquisado, o que pode supor que não consiste em uma política pública que leva em consideração as relações de gênero, já que não pressupõe as assimetrias de poder existentes dentro do núcleo familiar das assentadas, assimetrias essas inerentes a sociedade patriarcal e, portanto, também presentes também nos espaços responsáveis pela mediação, como no Banco do Brasil e no Itesp.

Analisando as falas das assentadas e do funcionário do Itesp percebemos um descompasso em relação às necessidades produtivas das mulheres. Uma vez que a assentada aponta para a necessidade de uma renda específica e o técnico apresenta um cenário em que os projetos para a obtenção do crédito são elaborados levando em consideração a mão-de-obra familiar. Na realidade, durante a pesquisa empírica e refletindo sobre as falas coletadas, percebemos que as mulheres assentadas não almejam mais uma jornada de trabalho, mas sim uma autonomia financeira, o poder de decidir onde investir sua renda, já que mesmo com a DAP sendo elaborada no nome do casal, o cartão para acesso ao crédito fica, conforme relatou o funcionário do Itesp e Dona Regina, na posse do marido.

A burocracia e a falta de informação têm sido apontadas como os principais entraves de acesso das mulheres a esta política pública. Além disso, o Pronaf Mulher se constitui enquanto uma modalidade de crédito voltada para a mulher, mas que não direciona o tipo de projeto produtivo deve ser elaborado. Desta forma, o acesso pode ocorrer, mas sem nenhuma eficiência no sentido de corrigir as desigualdades de renda existentes no lote. Contribui para esta situação o fato de que tanto o Banco do Brasil como o ITESP enxergam esta modalidade apenas como uma nomenclatura adicional, não levando em consideração os avanços que uma modalidade dessa pode proporcionar para as mulheres assentadas, na medida que elas se vêm reconhecidas como agricultoras pelas políticas públicas.

O que ficou evidente neste trabalho é que o Pronaf Mulher se tornou uma política pública que foi promulgada, mas que na prática não vem sendo aplicada, já que a dificuldade de acesso, juntamente com a ineficiência em gerar renda para as mulheres, a torna desinteressante. A priori o objetivo do trabalho era de analisar as consequências do acesso ao Pronaf, contudo, a teia de invisibilidades que permeiam os dados oficiais inviabilizou este tipo de contribuição e direcionou a pesquisa para a análise da dificuldade em ter acesso aos dados. Este fato pode explicar também o motivo pelo qual o Pronaf Mulher não tem sido acessado pelas mulheres do Monte Alegre.

No geral o Pronaf Mulher se fez como uma política pública que possui muitos entraves em todas as etapas de sua aplicação: a) na formulação, no sentido de não levar em consideração as assimetrias de poder dentro do núcleo familiar e não garantir uma real diferenciação dos demais Pronafs; b) na execução, uma vez que os agentes institucionais não são preparados para elaborar e executar os projetos. Pelo contrário, desconhecem a importância deste tipo de política pública para o desenvolvimento da autonomia das mulheres; c) na avaliação, por não disponibilizar os dados de acesso de maneira clara e rápida, impedindo uma análise aprofundada das suas consequências. Todos estes fatores podem sugerir que se trata de uma política pública para as mulheres, mas que se consolidou envolta ao machismo, evidente no descaso presente em toda sua estrutura.

É lamentável que um processo tão importante como o de sistematização de dados seja ignorado sob o argumento da necessidade de se investir financeiramente para a execução deste levantamento. Durante o processo de pesquisa ficou evidente que se trata de uma política pública desqualificada pelo próprio Estado já que este não fornece as informações necessárias para se avaliar a dinâmica desta política pública nos assentamentos. Esta falta de informação contribui para que esta política continue apenas idealizada e não seja concretizada de fato, não tendo qualquer eficiência em promover alguma melhora na qualidade de vida das mulheres. A etapa de avaliação do Pronaf Mulher fica desta forma inviabilizada e como consequência não é possível apontar para estratégias de manutenção e superação de problemas que podem se apresentar quando ela é acessada. Ainda assim, é necessário que haja um maior número de estudos que tenham o Pronaf Mulher como tema para garantir uma maior visibilidade desta política e consequentemente uma maior pressão para que os dados de acesso ao Pronaf Mulher sejam disponibilizados para acesso ao público em geral. Somente desta forma o Pronaf Mulher poderá ser avaliado

e poderá ser remodelado a fim de que cumpra a função de garantir autonomia financeira para as mulheres, especialmente as mulheres assentadas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais. Discutindo a experiência do Pronaf Mulher no Oeste Potiguar.** In: VII Congresso Latino americano de Sociologia Rural. 2012. p. 20-24.

ARAÚJO, M. P. S. N; GLINFSKOITHÉ, A. P; THEÓPHILO, C. R; SANTOS, E. S.B. PRONAF MULHER E O EMPODERAMENTO DE TRABALHADORAS RURAIS. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 18, p. 12, 2017.

BICALHO, E. **A mulher no pensamento moderno.** Estudo de Gênero, p. 21-38, 1998.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Matriz de dados do crédito rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>> Acesso em Fevereiro de 2017

BRASIL. Banco do Nordeste. Apresentação dos Relatórios e Resultados. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-resultados1>> Acesso em Fevereiro de 2017.

BELLACOSA, J. M.; HOFFMANN, M. **O cerco dos canaviais: contradições e conflitos nos assentamentos rurais.** Agrária (São Paulo. Online), [S.l.], n. 13, p. 111-136, dec. 2010. ISSN 1808-1150. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/agraria/article/view/45572/49598>>. Acesso em: 03 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i13p111-136>.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.** Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 30 set. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/18027>.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M . **O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher.** Revista Antropológicas, v. 23, p. 93-117. 2012.

BRUMMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *Juventude rural em perspectiva.* 2007

BUTTO, A; HORA, K.E.R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A.L.;ZARZAR, A.B. (orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília, MDA, 2008.

CAMPOI, A.M. **Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na terra: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP.** (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2005. 183p.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas.** V.9, n.1, p. 22-55, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** Ática, 1995.

DA VEIGA, José Elí. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Autores associados, 2002.

DEERE, C., LEON, M. **O empoderamento da mulher.** Direitos a terra e direito de propriedade na América Latina. Rio Grande do Sul. Ed. UFRGS, 2002

DUVAL, H.C. O trabalho em grupo e o trabalhado de campo: um pesquisador em busca da visão poliocular. **Retratos de Assentamentos.** Araraquara, v.9, n. 1, p.61 – 71, 2004.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas.** Estudos feministas, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FERNANDES, B M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000

FERNANDES, S. A. **Gênero e Políticas de Crédito: o Pronaf-Mulher em Santa Catarina.** Dissertação. UFSC, Florianópolis, 2008.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A. Assentamentos rurais e poder local: Os rumos da descentralização da reforma agrária. In FERRANTE, V. L. S. B. et al. (orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária na região de Araraquara (SP). In: BORSOI, I.C.F.; SCOPINHO, R.A. (orgs). **Velhos trabalhos, novos dias. Modos atuais de inserção de antigas atividades laborais.** Fortaleza, CE/ São Carlos, SP: UFC Edicoes/Edufscar, 2007, pg. 255-286.



FERRANTE, V.L.S.B., DUVAL, H.C. Vozes e Ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, V.L.S.B., WHITAKER, D.C.A. (orgs) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v.12, n. 1, p. 391 – 418, 2009

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasse e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p. 37-69.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G.. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Universidade Estadual Paulista. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2004.

HEREDIA, B. M. A. de ; MEDEIROS, L. S. de ; PALMEIRA, M. ; LEITE, S. P. ; CINTRÃO, R. P. . **Os assentamentos rurais e as perspectivas da reforma agrária no Brasil. Proposta**, v. 29, p. 39-46, 2006.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA. Presidente Prudente, n.8, ano 9, pp. 1-28, 2006

HERNANDEZ, C. O. **Política de Crédito Rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

INCRA/UNIARA. **Assentamento e Desenvolvimento: Diagnósticos Rurais**. Realização de pesquisa de campo junto aos assentados da Reforma Agrária na região Central, para análise de sua inserção na economia local e da recepção, implementação e execução das políticas públicas realizadas pelo Incra – SP. Araraquara. 2012. 211p. (Série texto técnico CRT/SP/Nº 100000/2010).

IPEA. **Retratos da desigualdade de gênero e raça**. Acesso em: <[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_uso\\_tempo.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html)>

ITESP. **Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo**. PILLA, M; ANDRADE, M. R. de O.; MARQUES, L. A. P. (Orgs). São Paulo, ITESP, 2013.

IZIDORO, L. T. ; SILVA, M. E. S. ; BARONE, L. A. . Política pública e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, p. 50-75, 2013.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**, São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, S, Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional: evidências a partir de seis estados brasileiros (p. 117-174). In: FERRANTE, V. L; ALY JUNIOR, O. (orgs) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo, INCRA, Superintendência Regional de São Paulo, 2005

LOURENÇO DE LIMA, E., VITAL, T., DE SOUZA, A. M., SALES, V. G., & BARBOSA, S. K. G. **Crédito rural: Crédito rural: uma análise da atuação e características do pronaf mulher**. Econômico, v. 16, n. 32, p. 22, 2013.

MEDEIROS, L. S. de (Org.) ; LEITE, S. P. (Org.) ; BARBOSA, M. V. (Org.) ; FRANCO, M. A. C. (Org.) ; ESTERCI, N. (Org.) . **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 1994. 329p.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, A., BUTTO, A. (Orgs) **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília, Nead Debate; 14/MDA, 2008.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, A. L., BUTTO, A. Z. (Orgs). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, Nead Debate;14, 2008.

MELO, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira - Pe**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife. 2003

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2014.

MORIN, E. **Ciência com consciência** ; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p

PAULILO, M.I.S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. 2004.

PAULILO, M.I.S. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, p. 41-52, 1993.

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”?: As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília, UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2015

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos**. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade. Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 185-209, 2010.

VALENCIANO, R. C. **A organização das mulheres assentadas no pontal do paranapanema: O Caso da OMAQUESP**. Revista Pegada, v. 3, n. 1, 2011.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito. In. WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Sociologia Rural: Questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau. São Paulo. Letras à Margem. 2002

WHITAKER, D. C. A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E. AP; FIAMENGUE, E. C; ARAÚJO, R. AP; MACHADO, V. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In. WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Sociologia Rural: Questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau. São Paulo. Letras à Margem. 2002

**ZORZI, A. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF-Mulher em Ijuí-RS.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM DONA REGINA E DONA MARIA

O que é ser mulher?

- O que já deixou de fazer por ser mulher?
- Quando sentiu pela primeira vez que havia diferença entre os homens e as mulheres?

Como é a vida da mulher assentada?

- Tem diferença com as mulheres da cidade?
- Como era a vida antes de casada?
- Como se tornou assentada?

Já participou de algum encontro de mulheres?

- Se não, gostaria?
- Se sim, como foi?
- Quem ficou com os filhos?
- Como negociou as atividades domésticas?
- Houve conflito com o marido?
- Quais outros grupos participa?
- Que diferença fez para a sua vida?

Como é dividido o trabalho no lote?

- Como foi decidido essa divisão?
- Acha justo essa divisão?
- Se sente valorizada?
- Como fica as tarefas domésticas quando fica doente?
- Quantas horas trabalha por dia?

Como a família faz para decidir onde gastar o dinheiro?

- Já comprou algo só para você?
- O que gostaria de comprar?
- Quem fica com o cartão da DAP?

Você conhece todos os financiamentos que a família teve acesso?

- No financiamento, quem decide onde o dinheiro vai ser investido?
- Já acessou o Pronaf? Para financiar que atividade? Quantas vezes?
- Qual sua opinião sobre o Pronaf?
- O projeto é discutido na família?
- Já acessou o Pronaf Mulher? Por que?

Como é a relação com o Itesp?

- O que mais gosta? O que menos gosta?
- Tem diferença falar com as técnicas ou os técnicos?
- Acha que o tratamento que eles dão para você é igual do marido?
- Já houve projeto específico para as mulheres?

Já participou de algum movimento social?

- O que acha das mulheres que participam?
- Quais conhece?
- Gostaria de participar?